

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	17
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	22
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	26
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	27
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	28
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	29
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	31
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) E BANDEIRAS TARIFÁRIAS	32
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	32
13. INVESTIMENTOS.....	40
14. IMOBILIZADO	54
15. INTANGÍVEIS.....	56
16. FORNECEDORES	58
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	58
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	59
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	64
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	64
21. PROVISÕES	65
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	77
23. RECEITA	78
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	83
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	88
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	89
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	93
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	102
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	104
30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	107
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	107
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	107
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	118
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	137

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.500.415	924.632	280.338	256.484
Títulos e Valores Mobiliários	6	932.321	2.426.746	88.804	127.390
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	3.294.449	3.764.477	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	997.954	873.699	-	-
Tributos Compensáveis	8	193.070	175.330	4.818	4.821
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9a	385.650	305.829	-	-
Dividendos a Receber		34.436	62.025	445.811	1.004.796
Fundos Vinculados		1.047	162	132	133
Estoques		40.817	37.264	12	10
Adiantamento a Fornecedores	26	51.397	87.241	-	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	11	63.751	71.695	-	-
Outros Créditos		660.875	647.638	13.225	10.224
TOTAL DO CIRCULANTE		8.156.182	9.376.738	833.140	1.403.858
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	54.402	83.566	1.711	2.275
Adiantamento a Fornecedores	26	110.042	60.000	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	139.491	133.691	-	-
Tributos Compensáveis	8	253.892	257.851	6.570	6.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	177.330	205.620	177.330	205.620
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	1.653.023	1.498.479	917.142	778.120
Depósitos Vinculados a Litígios	10	1.873.767	1.813.341	506.658	483.264
Outros Créditos		812.931	807.724	21.112	23.255
Ativos Financeiros da Concessão	12	5.090.698	2.659.805	-	-
Investimentos	13	10.077.908	9.744.847	14.316.007	13.412.081
Imobilizado	14	3.848.629	3.940.323	2.426	2.177
Intangíveis	15	10.487.061	10.275.104	1.868	1.918
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		34.579.174	31.480.351	15.950.824	14.915.280
TOTAL DO ATIVO		42.735.356	40.857.089	16.783.964	16.319.138

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores	16	1.565.749	1.901.153	5.915	8.765
Encargos Regulatórios	19	433.294	516.983	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		15.652	114.031	920	7.986
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	671.608	740.113	26.242	53.123
Imposto de Renda e Contribuição Social	17b	13.011	10.646	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	22	572.872	1.306.815	572.641	1.306.584
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	4.618.734	6.300.359	-	-
Salários e Contribuições Sociais		276.302	220.573	12.408	10.382
Obrigações Pós-emprego	20	185.785	166.990	10.199	9.139
Concessões a Pagar		2.900	2.811	-	-
Bonificação por outorga – leilão 12/2015	12	827.921	-	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	12	41.507	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	1.679.455	1.245.103	1.679.455	1.245.103
Outras Obrigações		480.412	548.495	3.921	5.200
TOTAL DO CIRCULANTE		11.385.202	13.074.072	2.311.701	2.646.282
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	19	303.176	226.413	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	10.829.029	8.866.178	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	740.111	739.711	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	854.179	689.247	-	-
Obrigações Pós-emprego	20	3.173.491	3.086.381	307.624	294.052
Concessões a Pagar		19.119	18.578	-	-
Provisões	21	785.346	754.573	312.799	335.134
Passivo Financeiro da Concessão	12	411.244	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	173.625	147.614	-	-
Outras Obrigações		262.667	266.646	57.816	59.972
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		17.551.987	14.795.341	678.239	689.158
TOTAL DO PASSIVO		28.937.189	27.869.413	2.989.940	3.335.440
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.285.253	4.662.723	5.285.253	4.662.723
Ajustes de Avaliação Patrimonial		61.082	102.264	61.082	102.264
Lucros Acumulados		228.978	-	228.978	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		13.794.024	12.983.698	13.794.024	12.983.698
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.143	3.978	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.798.167	12.987.676	13.794.024	12.983.698
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.735.356	40.857.089	16.783.964	16.319.138

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016	30/06/2015
RECEITA LÍQUIDA	23	9.211.132	11.435.432	453	161
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.956.110)	(4.733.681)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(525.912)	(492.643)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(427.009)	(523.922)	-	-
		(4.909.031)	(5.750.246)	-	-
OUTROS CUSTOS	24				
Pessoal e Administradores		(683.827)	(539.889)	-	-
Materiais		(17.088)	(24.813)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(27)	(74.971)	-	-
Serviços de Terceiros		(353.972)	(360.189)	-	-
Depreciação e Amortização		(382.969)	(416.652)	-	-
Provisões Operacionais		(86.834)	(77.903)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(583.733)	(499.663)	-	-
Outras		(38.936)	(104.733)	-	-
		(2.147.386)	(2.098.813)	-	-
CUSTO TOTAL		(7.056.417)	(7.849.059)	-	-
LUCRO BRUTO		2.154.715	3.586.373	453	161
DESPESAS OPERACIONAIS	24				
Despesas com Vendas		(174.566)	(58.077)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(309.029)	(276.265)	(21.291)	(25.983)
Despesas com Provisões Operacionais		(472.212)	(137.025)	(446.201)	(137.025)
Outras Despesas Operacionais		(286.341)	(369.216)	(23.537)	(20.322)
		(1.242.148)	(840.583)	(491.029)	(183.330)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	14.042	95.810	502.706	2.130.839
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	13	-	734.530	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		926.609	3.576.130	12.130	1.947.670
Receitas Financeiras	25	603.935	331.182	71.455	13.422
Despesas Financeiras	25	(1.233.847)	(1.049.886)	(3.204)	(3.698)
Resultado antes dos Impostos		296.697	2.857.426	80.381	1.957.394
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(78.867)	(745.033)	(12.237)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	(10.499)	(93.502)	139.022	61.220
RESULTADO DO PERÍODO		207.331	2.018.891	207.166	2.018.614
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		207.166	2.018.614	207.166	2.018.614
Participação de acionista não-controlador		165	277	-	-
		207.331	2.018.891	207.166	2.018.614
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	0,16	1,60	0,16	1,60
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	0,16	1,60	0,16	1,60

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/16 Reapresentado	Abr a Jun/15 Reapresentado	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RECEITA LÍQUIDA	23	4.757.626	5.494.600	88	81
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.024.749)	(2.312.277)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(267.206)	(251.254)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(189.146)	(261.914)	-	-
		(2.481.101)	(2.825.445)	-	-
OUTROS CUSTOS	24				
Pessoal e Administradores		(354.752)	(272.821)	-	-
Materiais		(11.909)	(14.261)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(9)	2.547	-	-
Serviços de Terceiros		(197.911)	(185.997)	-	-
Depreciação e Amortização		(197.950)	(175.813)	-	-
Provisões Operacionais		(6.352)	(69.427)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(348.712)	(266.090)	-	-
Outras		(30.279)	(79.025)	-	-
		(1.147.874)	(1.060.887)	-	-
CUSTO TOTAL		(3.628.975)	(3.886.332)	-	-
LUCRO BRUTO		1.128.651	1.608.268	88	81
DESPESAS OPERACIONAIS	24				
Despesas com Vendas		(98.303)	(31.377)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(103.138)	(132.124)	(9.239)	(10.748)
Despesas com Provisões Operacionais		(377.187)	(137.025)	(360.667)	(137.025)
Outras Despesas Operacionais		(141.527)	(160.655)	(10.338)	(943)
		(720.155)	(461.181)	(380.244)	(148.716)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	71.969	5.718	439.272	631.078
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		480.465	1.152.805	59.116	482.443
Receitas Financeiras	25	386.919	140.631	48.924	7.468
Despesas Financeiras	25	(602.427)	(494.332)	(1.345)	(1.716)
Resultado antes dos Impostos		264.957	799.104	106.695	488.195
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(7.075)	(286.276)	(10.583)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	(55.758)	21.436	105.935	45.937
RESULTADO DO PERÍODO		202.124	534.264	202.047	534.132
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		202.047	534.132	202.047	534.132
Participação de acionista não-controlador		77	132	-	-
		202.124	534.264	202.047	534.132
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	0,16	0,42	0,16	0,42
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	0,16	0,42	0,16	0,42

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
RESULTADO DO PERÍODO	207.331	2.018.891	207.166	2.018.614
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(115)	(118)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	6.803	-	6.688	-
	6.688	(118)	6.688	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(26.048)	11.626	(26.058)	11.592
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(10)	84	-	-
	(26.058)	11.710	(26.058)	11.592
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	187.961	2.030.483	187.796	2.030.206
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	187.796	2.030.206	187.796	2.030.206
Participação de acionista não-controlador	165	277	-	-
	<u>187.961</u>	<u>2.030.483</u>	<u>187.796</u>	<u>2.030.206</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RESULTADO DO PERÍODO	202.124	534.264	202.047	534.132
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	7.169	(1.636)	7.174	(1.832)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	5	(196)	-	-
	<u>7.174</u>	<u>(1.832)</u>	<u>7.174</u>	<u>(1.832)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>209.298</u>	<u>532.432</u>	<u>209.221</u>	<u>532.300</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	209.221	532.300	209.221	532.300
Participação de acionista não-controlador	77	132	-	-
	<u>209.298</u>	<u>532.432</u>	<u>209.221</u>	<u>532.300</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	4.662.723	102.264	-	12.983.698	3.978	12.987.676
Resultado do período	-	-	-	-	207.166	207.166	165	207.331
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(115)	-	(115)	-	(115)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(19.245)	-	(19.245)	-	(19.245)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(19.370)	207.166	187.796	165	187.961
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(21.812)	21.812	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.285.253	61.082	228.978	13.794.024	4.143	13.798.167
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.143	4.143
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.285.253	61.082	228.978	13.794.024	-	13.794.024

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	4.041	11.284.952
Resultado do período	-	-	-	-	2.018.614	2.018.614	277	2.018.891
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(118)	-	(118)	-	(118)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	11.626	-	11.626	-	11.626
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	84	-	84	-	84
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	11.592	2.018.614	2.030.206	277	2.030.483
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos em 2014 a acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(335)	(335)
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	797.316	-	-	797.316	-	797.316
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(39.728)	39.728	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	6.294.208	1.924.503	3.391.184	440.196	2.058.342	14.108.433	3.983	14.112.416
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	3.983	3.983
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	3.391.184	440.196	2.058.342	14.108.433	3.983	14.112.416

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	207.331	2.018.891	207.166	2.018.614
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	89.366	838.535	(126.785)	(61.220)
Depreciação e Amortização	398.717	428.708	260	241
Perdas nas baixas de Imobilizado e Intangível	39.899	55.653	25	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(14.042)	(95.810)	(502.706)	(2.130.839)
Juros e Variações Monetárias	52.518	556.266	(52.666)	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	(734.530)	-	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	733.612	273.005	446.201	137.025
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A"				
(CVA) e Outros Componentes Financeiros	663.555	(762.497)	-	-
Obrigações Pós-emprego	223.576	187.502	20.972	9.950
	<u>2.394.532</u>	<u>2.765.723</u>	<u>(7.533)</u>	<u>(26.229)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	291.711	(1.104.759)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A"				
(CVA) e Outros Componentes Financeiros	341.694	806.923	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	7.944	(116.543)	-	-
Tributos Compensáveis	(13.781)	(38.268)	3	(15)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(206.075)	(44.985)	28.290	34.664
Transporte de Energia	(2.049)	(29.422)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(21.159)	(22.317)	(219)	562
Dividendos recebidos de Participações	345.406	151.393	540.054	300.863
Ativo Financeiro da Concessão	(1.310.438)	4.818	-	-
Outros	(27.944)	(96.404)	24.141	18.735
	<u>(594.691)</u>	<u>(489.564)</u>	<u>592.269</u>	<u>354.809</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(335.404)	(139.653)	(2.850)	(1.037)
Impostos, Taxas e Contribuições	(68.105)	89.570	(26.881)	(37.571)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	179.160	(1.415)	(3.345)	2.673
Salários e Contribuições Sociais	55.729	13.937	2.026	404
Encargos Regulatórios	(6.926)	294.460	-	-
Obrigações Pós-emprego	(117.671)	(99.414)	(6.340)	(5.308)
Outros	(208.228)	91.459	(15.193)	(5.830)
	<u>(501.445)</u>	<u>248.944</u>	<u>(52.583)</u>	<u>(46.669)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	1.298.396	2.525.103	532.153	281.911
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.084.559)	(846.938)	-	(2.673)
	<u>(101.229)</u>	<u>(707.985)</u>	<u>(8.892)</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u><u>112.608</u></u>	<u><u>970.180</u></u>	<u><u>523.261</u></u>	<u><u>279.238</u></u>

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	1.523.589	484.735	39.150	(61.585)
Em Ativos Financeiros	-	(56.258)	-	-
Fundos Vinculados	(885)	1.056	1	268
Em Investimentos				
Aquisição de participação em investidas	-	(309.684)	-	-
Aporte em Investidas	(643.254)	(84.445)	(426.660)	(105.431)
Em Imobilizado	(45.005)	(30.629)	(484)	(1.220)
Em Intangível	(466.716)	(399.912)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	367.729	(395.137)	(387.993)	(167.968)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos e Debêntures	2.251.598	3.097.192	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	(2.044.738)	(3.673.618)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(111.414)	(128.745)	(111.414)	(128.745)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	95.446	(705.171)	(111.414)	(128.745)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	575.783	(130.128)	23.854	(17.475)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	924.632	887.143	256.484	113.336
No fim do exercício	1.500.415	757.015	280.338	95.861
	575.783	(130.128)	23.854	(17.475)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2016 Reapresentado		30/06/2015 Reapresentado		30/06/2016		30/06/2015	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	13.304.975		15.831.447		499		161	
Receita de Construção de Distribuição	552.099		443.405		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	31.634		56.258		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	148.694		-		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	5.325		193.673					
Receita de Indenização de Transmissão	592.469		54.872		-		-	
Investimento em Imobilizado	35.335		5.895		-		-	
Outras Receitas	2.407		1.158		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.566)		(58.077)		-		-	
	14.498.372		16.528.631		499		161	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.348.815)		(5.143.052)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(585.301)		(534.469)		-		-	
Serviços de Terceiros	(591.299)		(597.819)		(3.829)		(4.196)	
Gás Comprado para Revenda	(427.009)		(523.922)		-		-	
Materiais	(330.061)		(327.695)		(45)		(145)	
Outros Custos Operacionais	(757.701)		(394.935)		(455.803)		(145.902)	
	(7.040.186)		(7.521.892)		(459.677)		(150.243)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	7.458.186		9.006.739		(459.178)		(150.082)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(398.717)		(428.708)		(260)		(241)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	7.059.469		8.578.031		(459.438)		(150.323)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.042		95.810		502.706		2.130.839	
Receitas Financeiras	603.935		331.182		71.455		13.422	
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-		734.530		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.677.446		9.739.553		114.723		1.993.938	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	933.243	12,16	861.466	8,85	28.984	25,26	29.700	1,49
Remuneração direta	646.198	8,42	617.457	6,34	9.690	8,45	20.484	1,03
Benefícios	243.073	3,17	209.780	2,15	18.509	16,13	8.292	0,42
FGTS	43.972	0,57	34.229	0,35	785	0,68	924	0,05
Impostos, Taxas e Contribuições	5.174.448	67,39	5.683.751	58,36	(124.953)	(108,92)	(58.478)	(2,93)
Federais	2.551.316	33,23	3.571.438	36,67	(125.194)	(109,13)	(58.714)	(2,94)
Estaduais	2.615.849	34,07	2.106.430	21,63	48	0,04	105	0,01
Municipais	7.283	0,09	5.883	0,06	193	0,17	131	0,01
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.362.424	17,75	1.175.445	12,07	3.526	3,07	4.102	0,21
Juros	1.313.343	17,11	1.120.047	11,50	3.204	2,79	3.697	0,19
Aluguéis	49.081	0,64	55.398	0,57	322	0,28	405	0,02
Remuneração de Capitais Próprios	207.331	2,70	2.018.891	20,73	207.166	180,58	2.018.614	101,24
Lucros Retidos	207.166	2,70	2.018.614	20,73	207.166	180,58	2.018.614	101,24
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	165	-	277	-	-	-	-	-
	7.677.446	100,00	9.739.553	100,00	114.723	100,00	1.993.938	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE
2016**

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Cemig D durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 30 de junho de 2016, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R\$3.229.020. Esse excesso decorre, principalmente, de novos financiamentos obtidos em 2015, com vencimento no curto prazo, para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e transferência de debêntures do longo para o curto prazo, associado à provisão dos dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$633.967, em dezembro de 2015 e da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.679.455 em junho de 2016. Também contribui para este resultado, o valor de R\$830.821, registrado na rubrica Concessões a Pagar, referente ao saldo remanescente da dívida da Cemig GT com o poder concedente, em decorrência do leilão das usinas do lote D. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, a Companhia efetuou, no primeiro semestre de 2016, algumas negociações que resultaram na emissão de cédula de crédito bancário e de debêntures para a Cemig D, nos montantes de R\$695 milhões e R\$1.615 milhões, respectivamente, e emissão de notas promissórias para a Cemig GT no montante de R\$620 milhões, em julho de 2016. Vide mais detalhes nas notas explicativas números 18 e 32.

Adicionalmente, estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2016 para o longo prazo. Cabe destacar que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$112.608 em junho de 2016 e R\$970.180 em junho de 2015.

Em 30 de junho de 2016, o Passivo Circulante da Controladora excedeu o Ativo Circulante em R\$1.478.561. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da provisão dos dividendos no montante de R\$633.967, em dezembro de 2015 e da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.679.455. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações de R\$523.261 em junho de 2016 e R\$279.238 em junho de 2015.

O Estatuto Social da Companhia estabelece determinadas metas de endividamento e investimentos que deverão ser cumpridas pela Administração da Companhia. Entretanto, na Assembleia Geral Ordinária de 30 de maio de 2016 foi autorizada a ultrapassagem desses indicadores excepcionalmente para o exercício de 2016, conforme tabela abaixo:

	Meta do Estatuto	Ultrapassagem autorizada na AGO
Endividamento consolidado/Lajida	2,00	4,12
Dívida Líquida/Dívida Líquida + Patrimônio Líquido	40,00%	52,00%
Investimento de capital e aquisição de quaisquer ativos/Lajida	40,00%	146,00%

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, reapresentadas, aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2016.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

As Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2016 tiveram sua emissão autorizada pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2016. Estas Informações Contábeis Intermediárias, para o período findo em 30 de junho de 2016, reapresentadas, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de abril de 2017 e refletem o efeito dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3 destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2016.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2016 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	30/06/2016	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Depósitos Vinculados a Litígios
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
13	12	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangível
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
32	31	Transações não Envolvendo Caixa
33	32	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

2.3 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício

Adicionalmente, em função de alteração na interpretação da apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015, registrado como Ativo Financeiro no balanço patrimonial, a Companhia procedeu alteração do fluxo de caixa, transferindo o caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga para a atividade operacional originalmente apresentada como atividade de investimento.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (i) a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado referente ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e (ii) a Companhia procedeu a alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa.

Essas alterações não provocaram nenhum efeito nos balanços patrimoniais, no lucro líquido, nas demonstrações de resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido.

Segue abaixo os efeitos das alterações mencionadas, com efeitos nas demonstrações de resultado, fluxo de caixa consolidado e do valor adicionado:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	30/06/2016	Reclassif.	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015	Reclassific.	30/06/2015 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	9.205.807	5.325	9.211.132	11.241.759	193.673	11.435.432
CUSTOS OPERACIONAIS						
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.956.110)	-	(3.956.110)	(4.733.681)	-	(4.733.681)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(525.912)	-	(525.912)	(492.643)	-	(492.643)
Gás Comprado para Revenda	(427.009)	-	(427.009)	(523.922)	-	(523.922)
	<u>(4.909.031)</u>	<u>-</u>	<u>(4.909.031)</u>	<u>(5.750.246)</u>	<u>-</u>	<u>(5.750.246)</u>
OUTROS CUSTOS						
Pessoal e Administradores	(683.827)	-	(683.827)	(539.889)	-	(539.889)
Materiais	(17.088)	-	(17.088)	(24.813)	-	(24.813)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(27)	-	(27)	(74.971)	-	(74.971)
Serviços de Terceiros	(353.972)	-	(353.972)	(360.189)	-	(360.189)
Depreciação e Amortização	(382.969)	-	(382.969)	(416.652)	-	(416.652)
Provisões Operacionais	(86.834)	-	(86.834)	(77.903)	-	(77.903)
Custo de Construção de Infraestrutura	(583.733)	-	(583.733)	(499.663)	-	(499.663)
Outras	(38.936)	-	(38.936)	(104.733)	-	(104.733)
	<u>(2.147.386)</u>	<u>-</u>	<u>(2.147.386)</u>	<u>(2.098.813)</u>	<u>-</u>	<u>(2.098.813)</u>
CUSTO TOTAL	(7.056.417)	-	(7.056.417)	(7.849.059)	-	(7.849.059)
LUCRO BRUTO	2.149.390	5.325	2.154.715	3.392.700	193.673	3.586.373
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas com Vendas	(174.566)	-	(174.566)	(58.077)	-	(58.077)
Despesas Gerais e Administrativas	(309.029)	-	(309.029)	(276.265)	-	(276.265)
Despesas com Provisões Operacionais	(472.212)	-	(472.212)	(137.025)	-	(137.025)
Outras Despesas Operacionais	(286.341)	-	(286.341)	(369.216)	-	(369.216)
	<u>(1.242.148)</u>	<u>-</u>	<u>(1.242.148)</u>	<u>(840.583)</u>	<u>-</u>	<u>(840.583)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.042	-	14.042	95.810	-	95.810
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	734.530	-	734.530
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	921.284	5.325	926.609	3.382.457	193.673	3.576.130
Receitas Financeiras	609.260	(5.325)	603.935	524.855	(193.673)	331.182
Despesas Financeiras	(1.233.847)	-	(1.233.847)	(1.049.886)	-	(1.049.886)
Resultado antes dos Impostos	296.697	-	296.697	2.857.426	-	2.857.426
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(78.867)	-	(78.867)	(745.033)	-	(745.033)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(10.499)	-	(10.499)	(93.502)	-	(93.502)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	207.331	-	207.331	2.018.891	-	2.018.891
Total do resultado do exercício atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	207.166	-	207.166	2.018.614	-	2.018.614
Participação de acionista não-controlador	165	-	165	277	-	277
	<u>207.331</u>	<u>-</u>	<u>207.331</u>	<u>2.018.891</u>	<u>-</u>	<u>2.018.891</u>
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação preferencial	0,16	-	0,16	1,60	-	1,60
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária	0,16	-	0,16	1,60	-	1,60

	Abr a jun/2016	Reclassif.	Abr a jun/2016 Reapresentado	Abr a jun/2015	Reclassific.	Abr a jun/2015 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	4.754.147	3.479	4.757.626	5.392.480	102.120	5.494.600
CUSTOS OPERACIONAIS						
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.024.749)	-	(2.024.749)	(2.312.277)	-	(2.312.277)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(267.206)	-	(267.206)	(251.254)	-	(251.254)
Gás Comprado para Revenda	(189.146)	-	(189.146)	(261.914)	-	(261.914)
	<u>(2.481.101)</u>	<u>-</u>	<u>(2.481.101)</u>	<u>(2.825.445)</u>	<u>-</u>	<u>(2.825.445)</u>
OUTROS CUSTOS						
Pessoal e Administradores	(354.752)	-	(354.752)	(272.821)	-	(272.821)
Materiais	(11.909)	-	(11.909)	(14.261)	-	(14.261)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(9)	-	(9)	2.547	-	2.547
Serviços de Terceiros	(197.911)	-	(197.911)	(185.997)	-	(185.997)
Depreciação e Amortização	(197.950)	-	(197.950)	(175.813)	-	(175.813)
Provisões Operacionais	(6.352)	-	(6.352)	(69.427)	-	(69.427)
Custo de Construção de Infraestrutura	(348.712)	-	(348.712)	(266.090)	-	(266.090)
Outras	(30.279)	-	(30.279)	(79.025)	-	(79.025)
	<u>(1.147.874)</u>	<u>-</u>	<u>(1.147.874)</u>	<u>(1.060.887)</u>	<u>-</u>	<u>(1.060.887)</u>
CUSTO TOTAL	(3.628.975)	-	(3.628.975)	(3.886.332)	-	(3.886.332)
LUCRO BRUTO	1.125.172	3.479	1.128.651	1.506.148	102.120	1.608.268
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas com Vendas	(98.303)	-	(98.303)	(31.377)	-	(31.377)
Despesas Gerais e Administrativas	(103.138)	-	(103.138)	(132.124)	-	(132.124)
Despesas com Provisões Operacionais	(377.187)	-	(377.187)	(137.025)	-	(137.025)
Outras Despesas Operacionais	(141.527)	-	(141.527)	(160.655)	-	(160.655)
	<u>(720.155)</u>	<u>-</u>	<u>(720.155)</u>	<u>(461.181)</u>	<u>-</u>	<u>(461.181)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	71.969	-	71.969	5.718	-	5.718
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	476.986	3.479	480.465	1.050.685	102.120	1.152.805
Receitas Financeiras	390.398	(3.479)	386.919	242.751	(102.120)	140.631
Despesas Financeiras	(602.427)	-	(602.427)	(494.332)	-	(494.332)
Resultado antes dos Impostos	264.957	-	264.957	799.104	-	799.104
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(7.075)	-	(7.075)	(286.276)	-	(286.276)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(55.758)	-	(55.758)	21.436	-	21.436
RESULTADO DO EXERCÍCIO	202.124	-	202.124	534.264	-	534.264
Total do resultado do exercício atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	202.047	-	202.047	534.132	-	534.132
Participação de acionista não-controlador	77	-	77	132	-	132
	<u>202.124</u>	<u>-</u>	<u>202.124</u>	<u>534.264</u>	<u>-</u>	<u>534.264</u>
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação preferencial	0,16	-	0,16	0,42	-	0,42
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária	0,16	-	0,16	0,42	-	0,42

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	30/06/2016		Reclassific.	30/06/2016 Reapresentado	
RECEITAS					
Venda de Energia, Gás e Serviços	13.304.975		-	13.304.975	
Receita de Construção de Distribuição	552.099		-	552.099	
Receita de Construção de Transmissão	31.634		-	31.634	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	148.694		-	148.694	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-		5.325	5.325	
Receita de Indenização de Transmissão	592.469		-	592.469	
Investimento em Imobilizado	35.335		-	35.335	
Outras Receitas	2.407		-	2.407	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.566)		-	(174.566)	
	14.493.047		5.325	14.498.372	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.348.815)		-	(4.348.815)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(585.301)		-	(585.301)	
Serviços de Terceiros	(591.299)		-	(591.299)	
Gás Comprado para Revenda	(427.009)		-	(427.009)	
Materiais	(330.061)		-	(330.061)	
Outros Custos Operacionais	(757.701)		-	(757.701)	
	(7.040.186)		-	(7.040.186)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	7.452.861		5.325	7.458.186	
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	(398.717)		-	(398.717)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	7.054.144		5.325	7.059.469	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.042		-	14.042	
Receitas Financeiras	609.260		(5.325)	603.935	
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-		-	-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.677.446		-	7.677.446	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		%			%
Empregados	933.243	11,44	-	933.243	11,44
Remuneração direta	646.198	7,82	-	646.198	7,82
Benefícios	243.073	3,06	-	243.073	3,06
FGTS	43.972	0,57	-	43.972	0,57
Impostos, Taxas e Contribuições	5.174.448	70,51	-	5.174.448	70,51
Federais	2.551.316	36,49	-	2.551.316	36,49
Estaduais	2.615.849	33,91	-	2.615.849	33,91
Municipais	7.283	0,11	-	7.283	0,11
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.362.424	17,92	-	1.362.424	17,92
Juros	1.313.343	17,30	-	1.313.343	17,30
Aluguéis	49.081	0,62	-	49.081	0,62
Remuneração de Capitais Próprios	207.331	0,13	-	207.331	0,13
Lucros (Prejuízos) Retidos	207.166	0,13	-	207.166	0,13
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	165	-	-	165	-
	7.677.446	100,00	-	7.677.446	100,00

	30/06/2015		Reclassific.	30/06/2015 Reapresentado	
RECEITAS					
Venda de Energia, Gás e Serviços	15.831.447		-	15.831.447	
Receita de Construção de Distribuição	443.405		-	443.405	
Receita de Construção de Transmissão	56.258		-	56.258	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	-		-	-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-		193.673	193.673	
Receita de Indenização de Transmissão	54.872		-	54.872	
Investimento em Imobilizado	5.895		-	5.895	
Outras Receitas	1.158		-	1.158	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(58.077)		-	(58.077)	
	16.334.958		193.673	16.528.631	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.143.052)		-	(5.143.052)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(534.469)		-	(534.469)	
Serviços de Terceiros	(597.819)		-	(597.819)	
Gás Comprado para Revenda	(523.922)		-	(523.922)	
Materiais	(327.695)		-	(327.695)	
Outros Custos Operacionais	(394.935)		-	(394.935)	
	(7.521.892)		-	(7.521.892)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.813.066		193.673	9.006.739	
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	(428.708)		-	(428.708)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	8.384.358		193.673	8.578.031	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	95.810		-	95.810	
Receitas Financeiras	524.855		(193.673)	331.182	
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530		-	734.530	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.739.553		-	9.739.553	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		%			%
Empregados	861.466	11,44	-	861.466	11,44
Remuneração direta	617.457	7,82	-	617.457	7,82
Benefícios	209.780	3,06	-	209.780	3,06
FGTS	34.229	0,57	-	34.229	0,57
Impostos, Taxas e Contribuições	5.683.751	70,51	-	5.683.751	70,51
Federais	3.571.438	36,49	-	3.571.438	36,49
Estaduais	2.106.430	33,91	-	2.106.430	33,91
Municipais	5.883	0,11	-	5.883	0,11
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.175.445	17,92	-	1.175.445	17,92
Juros	1.120.047	17,30	-	1.120.047	17,30
Aluguéis	55.398	0,62	-	55.398	0,62
Remuneração de Capitais Próprios	2.018.891	0,13	-	2.018.891	0,13
Lucros (Prejuízos) Retidos	2.018.614	0,13	-	2.018.614	0,13
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	277	-	-	277	-
	9.739.553	100,00	-	9.739.553	100,00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa	Consolidado		
	30/06/2016	Ajustes	30/06/2016 Reapresentado
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	1.584.872	(1.472.264)	112.608
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(1.104.535)	1.472.264	367.729
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	95.446	-	95.446
Variação Líquida do Caixa e equivalentes de caixa	575.783	-	575.783

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2016
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará e São Simão

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais do Contrato de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão, conforme segue:

Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no Contrato de Concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguara até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguara, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Considerando a situação atual da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu, no primeiro semestre de 2016, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguara, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguara pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *“ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”*.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	46.927	51.939	4.643	4.161
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.259.062	722.738	260.383	234.754
Overnight	185.577	127.916	15.312	17.569
Letras Financeiras do Tesouro	8.401	5.659	-	-
Outros	448	16.380	-	-
	1.453.488	872.693	275.695	252.323
	1.500.415	924.632	280.338	256.484

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 108,5% conforme operação).

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 14,14% a.a.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Aplicações Financeiras Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	107.538	1.716.944	19.531	30.804
Letras Financeiras - Bancos	554.142	460.639	45.724	61.989
Letras Financeiras do Tesouro	119.282	87.938	10.535	12.588
Debêntures	150.234	160.332	12.396	21.590
Outros	1.125	893	618	419
	932.321	2.426.746	88.804	127.390
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	33.692	42.011	-	-
Letras Financeiras - Bancos	12.900	41.367	1.066	2.249
Debêntures	-	-	645	-
Outros	7.810	188	-	26
	54.402	83.566	1.711	2.275
	986.723	2.510.312	90.515	129.665

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 98,5% a 109% conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,8% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Reservado possuem taxa de remuneração que variam entre 108% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 26.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado			30/06/2016	31/12/2015
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias		
Fornecimento Faturado	1.068.249	726.594	776.320	2.571.163	2.412.520
Fornecimento não Faturado	981.618	-	-	981.618	1.125.479
Suprimento a Outras Concessionárias	121.927	21.847	2.294	146.068	98.814
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	53.815	-	942	54.757	516.362
Concessionários – Transporte de Energia	157.993	11.057	203.436	372.486	370.438
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(692.152)	(692.152)	(625.445)
	2.383.602	759.498	290.840	3.433.940	3.898.168
Ativo Circulante				3.294.449	3.764.477
Ativo não Circulante				139.491	133.691

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
Residencial	260.945	210.957
Industrial	140.604	135.925
Comércio, Serviços e Outras	129.099	116.684
Rural	20.033	18.877
Poder Público	11.288	11.546
Iluminação Pública	3.901	5.052
Serviço Público	9.818	9.783
Encargos de Uso de Rede - TUSD	111.513	111.513
Outros	4.951	5.108
	692.152	625.445

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) dos seis meses findos em 30 de junho de 2016 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	649.850
Constituições	58.077
Baixas	(43.273)
Saldo em 30 de junho de 2015	664.654
Saldo em 31 de dezembro de 2015	625.445
Constituições	174.566
Baixas	(107.859)
Saldo em 30 de junho de 2016	692.152

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Circulante				
ICMS a Recuperar	131.035	113.459	3.432	3.432
PIS-PASEP	12.823	9.477	-	-
COFINS	39.442	43.755	1	-
Outros	9.770	8.639	1.385	1.389
	<u>193.070</u>	<u>175.330</u>	<u>4.818</u>	<u>4.821</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	185.811	182.504	4.754	4.754
PIS-PASEP	11.669	12.966	4	4
COFINS	54.185	60.155	16	16
Outros	2.227	2.226	1.796	1.796
	<u>253.892</u>	<u>257.851</u>	<u>6.570</u>	<u>6.570</u>
	<u>446.962</u>	<u>433.181</u>	<u>11.388</u>	<u>11.391</u>

Os créditos PIS/PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após junho de 2017.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Circulante				
Imposto de Renda	273.525	225.638	-	-
Contribuição Social	112.125	80.191	-	-
	<u>385.650</u>	<u>305.829</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	154.173	191.978	154.173	191.978
Contribuição Social	23.157	13.642	23.157	13.642
	<u>177.330</u>	<u>205.620</u>	<u>177.330</u>	<u>205.620</u>
	<u>562.980</u>	<u>511.449</u>	<u>177.330</u>	<u>205.620</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	255.270	236.168	229.258	234.529
Provisões	879.985	712.999	677.366	537.281
Obrigações Pós-Emprego	866.189	830.748	94.456	89.509
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	232.726	210.072	7.192	7.195
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	200.612	199.571	-	-
Concessão Onerosa	9.324	9.000	-	-
Outros	22.676	54.378	229	2.214
Total	2.466.782	2.252.936	1.008.501	870.728
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(31.183)	(20.532)	-	-
Custo atribuído	(272.854)	(279.575)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(490.445)	(499.403)	(91.359)	(92.608)
Encargos Financeiros Capitalizados	(132.295)	(107.676)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(3.319)	(1.821)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(462.960)	(261.521)	-	-
Atualização de Ativo Financeiro	(274.882)	(273.155)	-	-
Outros	-	(21)	-	-
Total	(1.667.938)	(1.443.704)	(91.359)	(92.608)
Total Líquido	798.844	809.232	917.142	778.120
Total do Ativo	1.653.023	1.498.479	917.142	778.120
Total do Passivo	(854.179)	(689.247)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Resultado antes dos Impostos	296.697	2.857.426	80.381	1.957.394
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(100.877)	(971.525)	(27.329)	(665.514)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(9.851)	35.444	153.240	726.150
Ganho por variação no percentual de participação da Aliança	-	-	-	-
Geração	-	88.392	-	-
Contribuições e Doações Inedutíveis	(1.804)	(1.815)	-	-
Incentivo Fiscal	1.109	4.302	50	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.586)	(539)	(66)	3
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	34.286	15.093	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(114)	-	-
Multas Inedutíveis	(7.582)	(4.429)	(14)	(3)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(6.157)	(5.540)	-	-
Outros	3.096	2.196	904	584
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(89.366)	(838.535)	126.785	61.220
Alíquota Efetiva	30,14%	29,35%	(157,73)%	(3,13)%
Imposto Corrente	(78.867)	(745.033)	(12.237)	-
Imposto Diferido	(10.499)	(93.502)	139.022	61.220

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Resultado antes dos Impostos	264.957	799.104	106.695	488.195
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(90.085)	(271.696)	(36.276)	(165.986)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Líquido dos efeitos de JCP)	7.693	4.813	131.048	211.407
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.057)	(1.020)	-	-
Incentivo Fiscal	(2.195)	2.328	20	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	578	(58)	24	(5)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	25.627	8.368	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(114)	-	-
Multas Indedutíveis	(2.430)	(2.207)	(14)	(1)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.136)	(2.680)	-	-
Outros	2.172	(2.574)	550	522
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(62.833)	(264.840)	95.352	45.937
Alíquota Efetiva	23,71%	33,14%	89,37%	(9,41)%
Imposto Corrente	(7.075)	(286.276)	(10.583)	-
Imposto Diferido	(55.758)	21.436	105.935	45.937

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhista	378.448	367.440	33.525	36.996
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	743.398	751.318	-	10.604
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	-	35.674	-	-
ITCD	43.396	33.848	42.957	42.711
IPTU	69.296	67.637	59.462	72.113
FINSOCIAL	50.816	23.343	50.816	29.962
Outros	235.150	185.439	42.874	15.029
	1.156.830	1.112.033	196.109	170.419
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	59.528	56.523	25.519	24.253
Responsabilidade Civil	12.495	9.810	6.065	5.757
Relações de Consumo	4.340	3.779	1.516	1.489
Bloqueio Judicial	9.454	11.783	3.090	3.288
Outros	13.227	12.528	1.389	1.617
	338.489	333.868	277.024	275.849
	1.873.767	1.813.341	506.658	483.264

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17;

(2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 21.

11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) E BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da CDE.

Em 30 de junho de 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$409.102 (R\$362.898 em 30 de junho de 2015). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$71.695 em 31 de dezembro de 2015), reconhecidos no ativo circulante.

Repases da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 30 de junho de 2016, os repases da Conta Bandeira totalizaram R\$341.694 (R\$402.504 em 30 de junho de 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Ativos Financeiros da Concessão	30/06/2016	31/12/2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Transmissão	471.512	401.139
Concessões de Distribuição	176.708	135.983
Indenização a Receber - transmissão	1.646.598	1.054.129
Indenizações a Receber - geração	546.424	546.424
Ativos de Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	-	46.173
Bonificação pela Outorga - Usinas Leilão 12/2015	2.262.688	-
	<u>5.103.930</u>	<u>2.183.848</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	984.722	1.349.656
Total	6.088.652	3.533.504
Ativo Circulante	997.954	873.699
Ativo Não Circulante	5.090.698	2.659.805

Passivos Financeiros da Concessão	30/06/2016	31/12/2015
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	452.751	-
Passivo Circulante	41.507	-
Passivo Não Circulante	411.244	-

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à ANEEL em 31 de julho de 2014, representava uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012.

Em 12 de julho de 2016, a ANEEL enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com revisão final do Laudo enviado pela Companhia, sendo definido o valor da indenização em R\$1.177.488, na data base de 31 de dezembro de 2012, dos quais R\$285.483 foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”). Ressalta-se que a informação a respeito do custo de capital estava em discussão até a emissão da Portaria 120.

A atualização será pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos, com ressarcimento pela RAP.

A Portaria ainda depende de definições que serão objetos de Audiência Pública pela Aneel e constam na Agenda Regulatória da ANEEL para o 2º semestre de 2016 e 1º semestre de 2017.

A Companhia, com base nas melhores informações disponíveis, efetuou sua estimativa e reconheceu, em junho de 2016, o montante de R\$548.734, sendo:

- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, em 23 de fevereiro de 2015 no valor de R\$1.157.106, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo até 31 de março de 2016 pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente a remuneração com a utilização do custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..

Adicionalmente, a Companhia reconheceu, no primeiro semestre de 2016, o valor de R\$47.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2015 no valor de R\$1.054.129.

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com esse PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria. A eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da transmissora em parcelas iguais até a revisão periódica da RAP subsequente.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não indenizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão, julho de 2015, e montam R\$546.424.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/06/2016	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/2015
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.923
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,00	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
		677,29	108.466	546.424

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que o valor registrado refere-se a melhor estimativa de indenização considerando as informações disponíveis até a data base das Informações Contábeis Intermediárias em 30 de junho de 2016.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. No período de 05 de janeiro de 2016 a 31 de maio de 2016, com a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015 (“Leilão 12/2015”). A partir de 01 de junho de 2016, os ativos passaram a ser operados por sete Sociedades de Propósito Específico (“SPE’s de geração”), subsidiárias integrais da Cemig GT, criadas para atendimento a requerimento do Leilão 12/2015.

Bonificação por outorga – leilão 12/2015

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, 14 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias, Tronqueiras e Volta Grande), além de Jaguara, São Simão e Miranda, tiveram suas concessões condicionadas a aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época, não aceitou os termos de renovação.

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A., totalizando uma garantia física de 420 MW médios, conforme segue:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		699,60	420,27

1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas, que estarão em regime de operação assistida pela concessionária anterior pelo prazo de 180 dias a contar da data de assinatura dos contratos.

As informações referentes à capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações intermediárias, conseqüentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas” em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

O valor ofertado pelo lote foi de R\$498.694 e a bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 01 de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Em 08 de junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes ao Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, tiveram a suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos –SPE , subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização	Amortização	Saldo em 30/06/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	1.260.400	110.634	(83.042)	1.287.992
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	395.523	34.818	(26.189)	404.152
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	147.662	14.019	(11.134)	150.547
Cemig Geração Camargos S.A.	-	110.746	10.468	(8.289)	112.925
Cemig Geração Sul S.A.	-	144.603	14.286	(11.662)	147.227
Cemig Geração Leste S.A.	-	98.301	10.381	(8.856)	99.826
Cemig Geração Oeste S.A.	-	59.118	6.284	(5.383)	60.019
Total	-	2.216.353	200.890	(154.555)	2.262.688

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2015	1.272.986	-	5.943.682	7.216.668
Adição	146.030	-	-	146.030
Baixas	(5.818)	-	(59.863)	(65.681)
Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões	-	-	(7.161.504)	(7.161.504)
Ativo Adquirido em Combinação de Negócios	(2.035)	-	808.119	806.084
Geração - Indenização a receber	-	546.424	-	546.424
Recebimentos	(10.250)	-	-	(10.250)
Atualização Financeira	100.528	-	605.549	706.077
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.501.441	546.424	135.983	2.183.848
Adição	31.634	-	-	31.634
Adição - Bonificação pela Outorga - Usinas	-	2.216.353	-	2.216.353
Baixas	(163)	-	(352)	(515)
Recebimentos	(7.271)	(154.555)	-	(161.826)
Transferência Financeiro- Intangível	-	-	35.752	35.752
Atualização Financeira	592.469	200.890	5.325	798.684
Saldo em 30 de junho de 2016	2.118.110	2.809.112	176.708	5.103.930

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 30/06/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	415.930	(22.788)	-	(225.806)	415.930	(248.594)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	2.149	(4.363)	-	(10.347)	2.149	(14.710)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	12.172	-	1.657	-	13.829	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	32.825	(188)	5.337	-	38.162	(188)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(133.317)	-	(12.860)	-	(146.177)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.329.565	(1.519.769)	231.440	(363.051)	2.561.005	(1.882.820)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(234.072)	-	(37.614)	-	(271.686)
Neutralidade da Parcela A	174.541	-	-	-	174.541	-
Outros Itens Financeiros	263.572	(373.037)	-	-	263.572	(373.037)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(5)	-	-	-	(5)
TOTAL	3.230.754	(2.287.539)	238.434	(649.678)	3.469.188	(2.937.217)

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802	-
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	45.024	(328)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.576	(2)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	6.655	(1.168)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	323	(307.968)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	2.592.999	(942.988)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	-	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	118.740	(1.834)
Outros Itens Financeiros	10.917	(699)	170.345	-	181.262	(699)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)
TOTAL	2.423.445	(1.562.979)	868.936	(379.746)	3.292.381	(1.942.725)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/06/2016	31/12/2015
Ativo	3.206.692	262.496	3.469.188	3.292.381
Passivo	(2.221.970)	(715.247)	(2.937.217)	(1.942.725)
Total Líquido Apresentado no Balanço	984.722	(452.751)	531.971	1.349.656

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	1.086.243
(-) Amortização	(279.405)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(806.923)
(+) Atualização Selic	32.288
Saldo em 30 de junho de 2015	1.138.878
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(432.169)
(-) Amortização	(231.386)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(341.694)
(+) Atualização Selic (2)	187.564
Saldo em 30 de junho de 2016	531.971

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

(2) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.195.832	4.683.812
Hidrelétrica Cachoeirão	45.289	40.844	-	-
Guanhães Energia	21.020	18.444	-	-
Hidrelétrica Pipoca	28.887	26.237	-	-
Retiro Baixo	158.943	147.905	-	-
Aliança Norte	459.522	354.284	-	-
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	705.771	675.983	-	-
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	730.395	703.403	-	-
Lightger	40.692	37.454	-	-
Baguari Energia	202.727	187.227	-	-
Renova	1.583.534	1.527.435	-	-
Aliança Geração	1.326.791	1.327.246	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	63.168	63.045	-	-
Central Eólica Volta do Rio	82.575	85.101	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	60.983	62.071	-	-
Amazônia Energia	684.237	495.768	-	-
Cemig Distribuição	-	-	3.125.746	2.695.848
Light	1.158.116	1.187.722	1.158.116	1.187.722
TAESA	2.200.684	2.242.186	2.200.684	2.242.186
Cemig Telecom	-	-	171.137	169.006
Gasmig	-	-	1.436.966	1.406.371
Rosal Energia	-	-	139.658	121.822
Sá Carvalho	-	-	115.165	102.926
Horizontes Energia	-	-	49.934	70.539
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.105	3.898
Cemig PCH	-	-	89.947	84.956
Companhia Transleste de Transmissão	18.603	18.307	18.603	18.307
UTE Barreiro	-	-	32.011	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	18.530	17.536	18.530	17.536
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	27.547	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	21.384	19.298	21.384	19.298
Transchile	85.234	108.230	85.234	108.230
Efficientia	-	-	4.755	5.511
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.006	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	18.478	17.528	18.478	17.528
Cemig Trading	-	-	33.804	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	22.085	23.840	22.085	23.840
Parati	340.260	357.753	340.260	357.753
Cemig Overseas (*)	-	-	20	45
	10.077.908	9.744.847	14.316.007	13.412.081

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2015 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/ Aporte	30/06/2016 Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	4.683.812	310.643	(664)	202.041*	-	5.195.832
Cemig Distribuição	2.695.848	(77.905)	-	97.803*	410.000	3.125.746
Cemig Telecom	169.006	(14.414)	(115)	-	16.660	171.137
Rosal Energia	121.822	17.836	-	-	-	139.658
Sá Carvalho	102.926	12.239	-	-	-	115.165
Gasmig	1.406.371	30.596	-	-	(1)	1.436.966
Horizontes Energia	70.539	4.395	-	-	(25.000)	49.934
Usina Térmica Ipatinga	3.898	207	-	-	-	4.105
Cemig PCH	84.956	5.400	-	(409)	-	89.947
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	2.340	-	(2.044)	-	18.603
UTE Barreiro	29.703	2.308	-	-	-	32.011
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	1.808	-	(813)	(1)	18.530
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.120	18.427	-	-	-	27.547
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	2.086	-	-	-	21.384
Transchile	108.230	1.391	(24.387)	-	-	85.234
Efficientia	5.511	(755)	-	-	(1)	4.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.284	50	-	(328)	-	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	2.973	-	(2.023)	-	18.478
Light	1.187.722	(24.303)	5.386	(10.689)	-	1.158.116
Cemig Trading	29.840	32.771	-	(28.808)	1	33.804
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(1.706)	-	(49)	-	22.085
Parati	357.753	(18.134)	420	221	-	340.260
Taesa	2.242.186	194.468	-	(235.970)	-	2.200.684
Cemig Overseas	45	(15)	(10)	-	-	20
	13.412.081	502.706	(19.370)	18.932	401.658	14.316.007

(*) corresponde a 25% dos dividendos, propostos pela Cemig GT e Cemig D, em 31 de dezembro de 2015, revertidos para o Patrimônio Líquido das controladas, no segundo trimestre de 2016, após aprovação em Assembléia Geral Ordinária, ocorrida em 29 de abril de 2016.

Consolidado	31/12/2015 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2016 Reapresentado
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	2.340	-	(2.044)	-	-	18.603
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	1.808	-	(813)	-	(1)	18.530
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	2.086	-	-	-	-	21.384
Transchile	108.230	1.391	(24.387)	-	-	-	85.234
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Light	1.187.722	(24.303)	5.386	(10.689)	-	-	1.158.116
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(1.706)	-	(49)	-	-	22.085
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	6.000	-	(1.555)	-	-	45.289
Guanhães Energia	18.444	(15.064)	-	-	17.640	-	21.020
Hidrelétrica Pipoca	26.237	2.649	-	-	-	1	28.887
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	675.983	(9.212)	-	-	39.000	-	705.771
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	703.403	(10.467)	-	-	40.139	(2.680)	730.395
Lightger	37.454	3.238	-	-	-	-	40.692
Baguari Energia	187.227	15.500	-	-	-	-	202.727
Central Eólica Praias de Parajuru	63.045	147	-	(25)	-	1	63.168
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.491)	-	(35)	-	-	82.575
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.043)	-	(45)	-	-	60.983
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(421)	-	-	188.890	-	684.237
Ativas Data Center	-	(15.506)	-	-	-	15.506	-
Parati	357.753	(18.134)	420	221	-	-	340.260
Taesá	2.242.186	194.468	-	(235.970)	-	-	2.200.684
Renova	1.527.435	(183.237)	(664)	-	240.000	-	1.583.534
Aliança Geração	1.327.246	64.335	-	(64.790)	-	-	1.326.791
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(12.347)	-	-	117.585	-	459.522
Retiro Baixo	147.905	11.038	-	-	-	-	158.943
	9.744.847	14.042	(19.245)	(317.817)	643.254	12.827	10.077.908

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2015
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	5.207	-	(1.626)	-	-	17.169
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	3.604	-	(516)	-	-	15.813
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	4.351	-	(570)	-	-	17.608
Transchile	66.141	1.148	11.626	-	-	-	78.915
Companhia de Transmissão Centroeeste de Minas	20.985	1.282	-	(1.757)	-	-	20.510
Light	1.199.236	7.387	-	-	-	-	1.206.623
Axiom Soluções Tecnológicas	23.633	157	-	-	-	-	23.790
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	3.189	-	-	-	-	37.485
Guanhães Energia	67.428	(23.687)	-	-	-	-	43.741
Hidrelétrica Pipoca	28.807	1.202	-	(1.271)	-	-	28.738
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	674.183	(37.316)	-	-	-	-	636.867
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	707.910	(28.958)	-	-	-	-	678.952
Lightger	38.900	(779)	-	-	-	-	38.121
Baguari Energia	193.351	6.927	-	(11.898)	-	34	188.414
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	350	-	-	-	66	62.415
Central Eólica Volta do Rio	84.023	341	-	-	-	-	84.364
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	492	-	-	-	-	62.824
Amazônia Energia (3)	394.238	(2.996)	-	-	97.541	-	488.783
Ativas Data Center	-	(14.565)	-	-	-	14.565	-
Epícares Empreendimentos (1)	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	-
Parati	370.359	393	-	(15.547)	-	-	355.205
Taesá	2.187.623	188.777	-	(110.466)	-	-	2.265.934
Renova	1.538.299	(47.588)	-	-	-	-	1.490.711
Aliança Geração (2)	3.323	29.846	-	-	581.114	734.530	1.348.813
Aliança Norte (4)	-	(1.448)	-	-	354.112	-	352.664
Retiro Baixo	149.944	(2.848)	-	-	1.247	-	148.343
	8.039.791	95.810	11.626	(143.651)	1.034.014	655.212	9.692.802

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	30/06/2016			31/12/2015		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido Reapresentado	Participação o Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.195.832	100,00	1.837.710	4.885.853
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	92.427	49,00	35.000	83.355
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	137.608	42.898	49,00	137.608	37.641
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.953	49,00	41.360	53.545
Madeira Energia* (Usina de Santo Antônio)	10.151.952.724	18,13	10.151.95	2	18,05	9.761.952	7.642.027
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	292.156	69,39	261.573	269.827
Central Eólica Praias de Parajuru*	70.560.000	49,00	70.560	128.914	49,00	70.560	128.663
Central Eólica Volta do Rio*	117.230.000	49,00	117.230	168.520	49,00	117.230	173.676
Central Eólica Praias de Morgado*	52.960.000	49,00	52.960	124.455	49,00	52.960	126.676
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	83.045	49,00	79.232	76.439
Aliança Norte* (Usina de Belo Monte)	30.020.525.290	49,00	887.135	937.800	49,00	647.166	723.029
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	977.451.523	74,50	977.452	918.439	74,50	723.409	665.460
Aliança Geração*	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.948.424	45,00	1.291.450	2.949.436
Retiro Baixo*	222.850.000	49,90	222.850	318.523	49,90	222.850	296.403
Renova*	360.815.313	34,15	2.806.255	4.630.216	27,37	2.526.253	5.580.690
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.361.998	3.125.747	100,00	2.361.998	2.695.849
Light*	203.934.060	26,06	2.225.822	4.445.743	26,06	2.225.822	4.559.393
Cemig Telecom	397.683.385	100,00	241.742	171.137	100,00	225.082	169.006
Ativas Data Center	167.616.327	49,00	167.616	(150.099)	49,00	133.616	(152.456)
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	139.658	100,00	46.944	121.822
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	115.165	100,00	36.833	102.926
Gasmig*	409.255.483	99,57	665.429	1.443.171	99,57	665.429	1.408.036
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.257	49.934	100,00	64.258	70.539
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.105	100,00	174	3.898
Cemig PCH	30.952.000	100,00	35.952	89.947	100,00	35.952	84.956
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	74.412	25,00	49.569	73.228
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	32.011	100,00	30.902	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	77.208	24,00	30.000	73.067
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	27.547	100,00	486	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	87.281	24,50	22.340	78.767
Transchile	56.407.271	49,00	194.703	173.946	49,00	236.861	220.878
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	4.755	100,00	6.052	5.510
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.000	6.006	100,00	5.000	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	36.231	51,00	28.000	34.366
Cemig Trading	160.297	100,00	160	33.804	100,00	160	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	45.071	49,00	46.600	48.653
Parati	1.432.910.602	25,00	1.432.910	1.361.040	25,00	1.432.910	1.431.012
TAESA*	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.075.378	43,36	3.042.034	5.171.093

* Patrimônio Líquido incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Em 30 de junho de 2016, o passivo circulante de algumas controladas indiretas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

Light: apresentou capital circulante líquido consolidado negativo de R\$949.210. Cabe destacar o fluxo de caixa operacional consolidado positivo de R\$932.205 no primeiro semestre de 2016. A Light espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício em função dos ajustes tarifários obtidos, bem como a redução esperada de investimentos e a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida.

Guanhães Energia: o capital circulante líquido encontra-se negativo no consolidado em R\$225.240. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, que incluem o reescalonamento de seus financiamentos e alongamento de seus empréstimos tomados junto a instituições financeiras, bem como eventuais aportes de capital por parte de seus acionistas.

Madeira Energia: a Madeira Energia e sua Controlada (Santo Antônio Energia) apresentaram excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante consolidado de R\$42.561, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e Provisão para contingências. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Santo Antônio Energia conta com geração operacional de caixa e, se necessário, aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas da Companhia.

Renova Energia: o capital circulante líquido consolidado negativo de R\$1.500.230 decorre, principalmente, do estágio avançado dos projetos em construção que demandam investimentos relevantes, suportados em parte pelo empréstimo ponte junto ao BNDES, com vencimento no curto prazo. A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, sendo que a Renova Energia está em entendimentos finais para enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo, que irá substituir o empréstimo ponte tomado. Adicionalmente, conta com contrato de suporte de acionistas do bloco de controle caso haja insuficiência de recursos disponíveis para o pagamento das parcelas dos juros remuneratórios das Debêntures.

Aquisição de Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.436.166 em 30 de junho de 2016.

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2016, R\$22.336.434 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 30 de junho de 2016, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$4.049.595. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas.

Em 31 de março de 2016, a MESA solicitou aportes para os seus acionistas. Desta forma, o FIP Melbourne convocou seus acionistas a aportarem os valores correspondentes as suas participações. Somente a Cemig GT atendeu à solicitação, alterando sua participação direta e indireta no empreendimento de 18,05% para 18,13%. Desde junho de 2014 os fundos não participam das chamadas dos aportes, diluindo as suas participações.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar foi instaurada, de forma sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), tendo a MESA como parte e probabilidade de perda avaliada como possível pelos assessores jurídicos da Cemig GT e SAAG. Em setembro de 2016, devido à sentença proferida pela CAM, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia

A Norte Energia S.A. (“NESA”) é a sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última unidade geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), que detém 49,98% do capital social da NESA, contratou escritório de advocacia especializado para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos onde possua participação, o que inclui o investimento na NESA, em que participamos de forma minoritária no capital através da Aliança Norte e Amazônia Energia. Este trabalho ainda está em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos. Deve ser ressaltado que a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum resultado preliminar destas investigações. Conforme a evolução das investigações produzirem informações relevantes, a Companhia avaliará eventuais impactos sobre as Informações Contábeis Intermediárias, os quais serão contabilizados e/ou divulgados quando aplicável.

Norte Energia (NESA) – riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Resumo das conclusões da investigação independente

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) e a CEMIG GT (de forma minoritária direta e indireta através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A.) detém participação de 49,98% e 11,74%, respectivamente, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”). A Eletrobras contratou escritório de advocacia especializado para realizar uma investigação interna independente com o propósito de apurar eventuais irregularidades em empreendimentos em que possua participação societária, incluindo a NESA. Esse procedimento foi motivado por investigações que estavam sendo realizadas pelo Ministério Público sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores em investimentos onde a Eletrobras era acionista, incluindo a NESA.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da NESA, tendo sido determinado que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, para incluir subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Impactos sobre as demonstrações financeiras

Com base nas conclusões e resultados identificados pela investigação interna independente, a Administração da NESA avaliou o CPC27 – Ativo Imobilizado, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16 – Ativo e Equipamentos e concluiu que, o montante de R\$183.000 atribuíveis a eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídas no custo histórico de seus ativos, pois não seriam necessários para colocar os ativos na localização e condição necessária para seu funcionamento.

A Administração da NESA concluiu também ser impraticável identificar de forma precisa os períodos de demonstrações financeiras anteriores em que possam ter ocorrido o excesso de custos capitalizados, devido ao fato das informações disponibilizadas pela investigação interna independente não especificarem individualmente os contratos, os pagamentos e os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido tais excessos. Ressalta-se adicionalmente que os alegados pagamentos indevidos não foram feitos pela NESA, mas por empreiteiros e fornecedores da UHE de Belo Monte, o que também impede a identificação dos valores e períodos precisos dos pagamentos.

Dessa forma, a NESA aplicou o procedimento previsto no IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, ajustando os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R\$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado.

Como consequência do ajuste registrado pela NESA, a Cemig reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R\$ 22.875, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial, sendo R\$21.390 decorrentes do ajuste feito pela Cemig GT e R\$1.485 feito pela Light S.A., em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Considerando que a investigação interna independente foi concluída em data subsequente a aprovação para emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e informações contábeis intermediárias referentes aos períodos findos em 31 de março de 2016 e 30 de junho de 2016 da Cemig e Cemig GT, a Administração da Cemig e Cemig GT concluiu pela necessidade de reapresentar as referidas demonstrações.

Opções de Venda

Opção de Venda de ações da Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção seria calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haveria atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Parati, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia, até o primeiro trimestre de 2016, observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, iria requerer a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia havia adotado o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermidiárias, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários). Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati no segundo trimestre de 2016, descritas abaixo, com reflexo nas condições e prazos para exercício da opção de venda, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções.

Alterações no Acordo de Acionistas da Parati

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:
 - a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobará apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações preferenciais de emissão da Parati, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2016;
 - b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;
- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;
- 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,
- 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A.(Taesa), e como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Valor da exposição da Companhia

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$1.679.455 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	165.801
Adições	114.182
Saldo em 30 de junho de 2015	279.983
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.245.103
Adições	434.352
Saldo em 30 de junho de 2016	1.679.455

No cálculo do valor justo da opção com base no BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício; preço de fechamento da ação da Light na data de 30-06-2016 (como proxy para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da Parati na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 7,9% a 17,6% ao ano e volatilidade entre 15% e 60% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.637.184 e R\$1.723.714, respectivamente.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermidiárias, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermidiárias da Companhia um passivo no valor de R\$173.625, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.029
Adições	46.251
Saldo em 30 de junho de 2015	75.280
Saldo em 31 de dezembro de 2015	147.614
Adições	26.011
Saldo em 30 de junho de 2016	173.625

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$19 milhões no valor das opções.

Investimento na Renova – Perdas (impairment) de ativos disponíveis para a venda

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7.000.000 das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7.000.000 com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm Global de titularidade da Companhia, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015. Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos. Em 1 de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison.

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu, no 1º semestre de 2016, uma perda de R\$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R\$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas. Até a data de emissão desse relatório, a SunEdison não liquidou essa transação.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intemediárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Investimento na Terraform – precificação das ações

A Renova também registrou uma perda no 1º semestre de 2016, no valor de R\$271.509 em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, investida em que a Renova possui 11,65% de participação avaliada com base no valor das ações no mercado.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Informações Contábeis Intemediárias da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,2% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de US\$ 10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790.

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

Distribuição de Gás Natural entre Gasmig e Petrobras

A Gasmig celebrou contrato para o serviço de distribuição de gás natural com a Petrobras para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), fábrica de amônia a ser instalada no município de Uberaba, no Triângulo Mineiro. Em decorrência da inviabilidade momentânea de cumprimento deste contrato, as partes encontram-se em negociação para proceder o distrato amigável, sem penalidade para ambas as partes.

Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir dessas Informações Contábeis Trimestrais.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2016			31/12/2015		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	286.367	(9.523)	276.844	286.633	(8.024)	278.609
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.894.422	(3.087.155)	1.807.267	4.866.922	(3.036.877)	1.830.045
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.579.634	(1.150.326)	429.308	1.576.926	(1.139.615)	437.311
Máquinas e Equipamentos	3.927.667	(2.733.770)	1.193.897	3.862.311	(2.670.212)	1.192.099
Veículos	29.000	(23.735)	5.265	29.000	(20.918)	8.082
Móveis e Utensílios	15.734	(12.141)	3.593	15.685	(11.212)	4.473
	10.732.824	(7.016.650)	3.716.174	10.637.477	(6.886.858)	3.750.619
Em Curso	132.455	-	132.455	189.704	-	189.704
Imobilizado Líquido	10.865.279	(7.016.650)	3.848.629	10.827.181	(6.886.858)	3.940.323

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transfe- rências/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2016
Em Serviço						
Terrenos	278.609	-	(351)	(1.498)	84	276.844
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.830.045	-	(3)	(49.579)	26.804	1.807.267
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	437.311	-	(48)	(11.880)	3.925	429.308
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(11.864)	(53.778)	67.440	1.193.897
Veículos	8.082	-	-	(1.299)	(1.518)	5.265
Móveis e Utensílios	4.473	-	(1)	(161)	(718)	3.593
	3.750.619	-	(12.267)	(118.195)	96.017	3.716.174
Em Curso	189.704	45.005	(6.237)	-	(96.017)	132.455
Imobilizado Líquido	3.940.323	45.005	(18.504)	(118.195)	-	3.848.629

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na empresa Aliança Geração de Energia	Depreciação	Transferência/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2015
Em Serviço							
Terrenos	373.002	-	(17.429)	(40.796)	(1.886)	3.768	316.659
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.260.282	-	-	(163.123)	(69.969)	5.491	2.032.681
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	609.572	-	(670)	(115.659)	(13.642)	350	479.951
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(2.798)	(308.207)	(80.769)	58.546	1.720.021
Veículos	9.244	-	-	(335)	(1.304)	-	7.605
Móveis e Utensílios	4.207	-	(2)	(199)	(163)	8	3.851
	5.309.556	-	(20.899)	(628.319)	(167.733)	68.163	4.560.768
Em Curso	234.064	30.629	-	(3.077)	-	(58.157)	203.459
Imobilizado Líquido	5.543.620	30.629	(20.899)	(631.396)	(167.733)	10.006	4.764.227

A taxa de depreciação média anual é de 3,39% para o ano de 2016 (2,31% em 2015). As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
2,86%	4,45%	8,88%	5,96%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Financeiro os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Maiores informações na nota explicativa nº 12.

Consórcios

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

15. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Consolidado	30/06/2016			31/12/2015		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.315)	10.434	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(10.233)	8.936	19.169	(9.894)	9.275
Ativos de Concessão	15.793.304	(6.812.379)	8.980.925	15.607.708	(6.642.234)	8.965.474
Outros	63.111	(52.815)	10.296	69.041	(53.751)	15.290
	15.887.333	(6.876.742)	9.010.591	15.707.667	(6.707.194)	9.000.473
Em Curso	1.476.470	-	1.476.470	1.274.631	-	1.274.631
Intangível Líquido	17.363.803	(6.876.742)	10.487.061	16.982.298	(6.707.194)	10.275.104

Controladora	Taxa Média de Amortização	30/06/2016			31/12/2015		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.600)	189	3.789	(3.550)	239
Marcas e Patentes	10%	9	(6)	3	9	(6)	3
		3.798	(3.606)	192	3.798	(3.556)	242
Em Curso		1.676	-	1.676	1.676	-	1.676
Intangível Líquido		5.474	(3.606)	1.868	5.474	(3.556)	1.918

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2016
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	10.434	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(339)	-	8.936
Ativos de Concessão	8.965.474	-	(10.577)	(278.076)	304.104	8.980.925
Outros	15.290	-	(6.224)	(2.107)	3.337	10.296
	9.000.473	-	(16.801)	(280.522)	307.441	9.010.591
Em Curso	1.274.631	549.111	(4.079)	-	(343.193)	1.476.470
Intangível Líquido - Consolidado	10.275.104	549.111	(20.880)	(280.522)	(35.752)	10.487.061

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2015
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	11.862	-	(1.202)	-	(205)	22	10.477
Concessão Onerosa	23.743	-	(12.517)	-	(1.611)	-	9.615
Ativos de Concessão	2.223.034	-	-	(3.472)	(256.227)	32.405	1.995.740
Outros	17.345	59	-	-	(2.932)	(4.853)	9.619
	2.275.984	59	(13.719)	(3.472)	(260.975)	27.574	2.025.451
Em Curso	1.103.312	470.013	-	(1.366)	-	(460.874)	1.111.085
Intangível Líquido - Consolidado	3.379.296	470.072	(13.719)	(4.838)	(260.975)	(433.300)	3.136.536

A taxa de amortização média anual é de 4,12%. As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
6,58%	7,06%	3,59%	14,26%	7,74%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$470.072 está contemplado R\$82.395 (R\$70.160 no primeiro semestre de 2015) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 18.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contratos de concessão, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	134.850	307.631
Encargos de uso da rede elétrica	79.233	81.211
Energia elétrica comprada para revenda	683.525	647.149
Itaipu binacional	192.600	314.859
Gás comprado para revenda	216.810	235.537
Materiais e serviços	258.731	314.766
	1.565.749	1.901.153
Circulante	1.565.749	1.901.153

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante PASEP/COFINS referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições. Adicionalmente, a partir de julho de 2015, a Companhia passou a efetuar provisão de PASEP/COFINS sobre a atualização do Ativo Financeiro em conformidade a legislação tributária em vigor a partir dessa data.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Circulante				
ICMS	512.022	462.336	18.091	18.091
COFINS	90.402	156.657	4.630	26.895
PASEP	19.280	33.332	983	5.708
INSS	20.987	22.464	1.824	1.740
Outros	28.917	65.324	714	689
	671.608	740.113	26.242	53.123
Não Circulante				
COFINS	608.841	608.503	-	-
PASEP	131.270	131.208	-	-
	740.111	739.711	-	-
	1.411.719	1.479.824	26.242	53.123

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de Renda	9.293	7.619
Contribuição Social	3.717	3.027
	13.011	10.646

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2016			31/12/2015
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.327	16.427	17.754	32.109
KFW	2016	4,50	EURO	1.168	-	1.168	2.803
KFW	2018	1,78	EURO	3.728	5.774	9.502	11.627
Dívida em Moeda Estrangeira				6.223	22.201	28.424	46.539
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	66.856	-	66.856	143.937
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	286.422	147.449	433.871	433.877
Banco do Brasil S.A.	2018	104,10% do CDI	R\$	385.193	540.000	925.193	924.666
Banco do Brasil S.A (6)	2018	128,00% do CDI	R\$	319.232	300.000	619.232	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R\$	49.736	-	49.736	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R\$	8.176	492.405	500.581	499.017
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.973	70.058	78.031	81.339
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	2.307	7.954	10.261	11.323
CEF	2018	119,00% do CDI	R\$	100.693	58.334	159.027	200.876
CEF	2020	132,14% do CDI	R\$	(2.113)	681.106	678.993	-
UFIR, RGR + 6,00 a							
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	19.681	57.187	76.868	184.764
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.205	2.847	6.052	7.866
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.158	3.919	7.077	8.651
Consórcio Pipoca	2016	IPCA	R\$	185	-	185	185
Nota Promissória – 8ª Emissão (3)	2016	111,70 do CDI	R\$	-	-	-	1.889.352
Nota Promissória – 6ª Emissão (2)	2016	120,00 do CDI	R\$	1.541.442	-	1.541.442	1.440.907
BASA	2018	CDI+1,9	R\$	11.677	119.229	130.906	121.172
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2016	110,40% do CDI	R\$	24.713	-	24.713	22.601
Dívida em Moeda Nacional				2.828.536	2.480.488	5.309.024	6.873.990
Total de Empréstimos e Financiamento				2.834.759	2.502.689	5.337.448	6.920.529
Debêntures							
Debêntures - 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	250.119	230.787	480.906	441.462
Debêntures - 1ª série – 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	506.198	-	506.198	539.943
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	21.035	918.567	939.602	922.328
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	6.079	274.222	280.301	274.892
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	24.432	1.414.061	1.438.493	1.402.391
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	15.866	843.531	859.397	839.429
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	21.943	410.709	432.652	461.258
Debêntures - 1ª série - 6ª Emissão (2)	2018	CDI+1,6	R\$	145.978	970.892	1.116.870	1.037.256
Debêntures - 2ª série - 6ª Emissão (2)	2020	IPCA+8,07	R\$	2.256	29.580	31.836	29.185
Debêntures - 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	60.735	1.593.182	1.653.917	-
Debêntures - 2ª série - 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	537.326	-	537.326	501.398
Debêntures - 1ª série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	119.059	1.400.000	1.519.059	1.411.646
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	16.411	-	16.411	41.009
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	648	100.000	100.648	102.862
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.368	33.339	66.707	100.111
Debêntures (5)	2022	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	R\$	14.538	102.841	117.379	124.416
Debêntures - 1ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,62	R\$	3.938	2.285	6.223	8.099
Debêntures - 2ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+4,32	R\$	1.461	847	2.308	3.004
Debêntures - 3ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	543	315	858	1.121
Debêntures - 4ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,62	R\$	1.184	686	1.870	2.437
Debêntures - 5ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+4,32	R\$	483	280	763	1.002
Debêntures - 6ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	375	216	591	759
Total de Debêntures				1.783.975	8.326.340	10.110.315	8.246.008
Total Geral Consolidado				4.618.734	10.829.029	15.447.763	15.166.537

(1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00% ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

(6) A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$ 600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril/2018.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2016, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	12.903.610
Recebíveis	1.980.986
Sem Garantia	563.167
TOTAL	15.447.763

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.327	-	-	-	-	-	-	16.427	17.754
Euro	3.032	4.238	3.400	-	-	-	-	-	10.670
Total por Moedas	4.359	4.238	3.400	-	-	-	-	16.427	28.424
Indexadores									
IPCA (1)	320.207	230.399	136.572	618.397	784.725	784.076	523.297	633.047	4.030.720
UFIR/RGR (2)	10.591	16.749	16.357	12.910	11.210	3.407	3.264	2.380	76.868
CDI (3)	3.400.384	3.485.049	3.505.885	437.773	234.836	-	-	-	11.063.927
URTJ/TJLP (4)	34.892	34.938	32.058	29.046	29.155	26.798	26.796	28.089	241.772
IGP-DI (5)	902	852	841	841	370	-	-	-	3.806
TR (6)	1.749	199	99	199	-	-	-	-	2.246
Total por Indexadores	3.768.725	3.768.186	3.691.812	1.099.166	1.060.296	814.281	553.357	663.516	15.419.339
Total Geral	3.773.084	3.772.424	3.695.212	1.099.166	1.060.296	814.281	553.357	679.943	15.447.763

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (6) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2016	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2015	Indexador	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2016	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2015
Dólar Norte-Americano	(17,80)	16,81	IPCA	4,42	6,17
Euro	(16,68)	7,23	CDI	6,72	5,92

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.508.738
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	3.097.192
Variação monetária e cambial	231.044
Encargos financeiros provisionados	720.556
Encargos financeiros pagos	(846.938)
Amortização de financiamentos	(3.673.618)
Saldo em 30 de junho de 2015	13.036.974
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.166.537
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.311.965
Custos de Captação	(60.367)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	2.251.598
Variação monetária e cambial	168.729
Encargos financeiros provisionados	990.196
Encargos financeiros pagos	(1.084.559)
Amortização de financiamentos	(2.044.738)
Saldo em 30 de junho de 2016	15.447.763

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	990.196	720.556
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(82.395)	(70.160)
Efeito Líquido no Resultado	<u>907.801</u>	<u>650.396</u>

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R\$82.395 foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 8,38% em 30 de junho de 2016 e 7,55% no mesmo período de 2015.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o 1º semestre de 2016 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado *
Moeda Nacional			
Caixa Econômica Federal	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures	2018	CDI + 4,05	1.574.625
KFW	2018	1,78	1.965
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação			<u>2.251.598</u>

A Cemig D emitiu, em março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$695 milhões, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vincendas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016. Do total do montante, foram liberados R\$355 milhões em março de 2016, R\$300 milhões em abril de 2016 e R\$40 milhões em maio de 2016.

A Cemig D concluiu em março de 2016 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vincendas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	30/06/2016	31/12/2015
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,90	2017	506.198	539.943
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,20	2022	939.602	922.328
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,00	2019	280.301	274.892
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,85	2016	537.326	501.398
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografia	CDI+1,70	2018	1.519.059	1.411.646
CEMIG D - 1ª Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	432.652	461.258
CEMIG D - 2ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.438.493	1.402.391
CEMIG D - 3ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	859.397	839.429
CEMIG GT 1ª Série 6ª Emissão	Fiança	CDI+1,6	2018	1.116.870	1.037.256
CEMIG GT 2ª Série 6ª Emissão	Fiança	IPCA+8,07	2020	31.836	29.185
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	480.906	441.462
CEMIG D 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.653.917	-
GASMIG	Quirografia	TJLP+3,12	2016	16.411	41.009
GASMIG	Quirografia	CDI + 1,60	2018	100.648	102.862
GASMIG	Quirografia	CDI+0,74	2018	66.707	100.111
GASMIG	Quirografia	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	117.379	124.416
CEMIG TELECOM -1ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	6.223	8.099
CEMIG TELECOM -2ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	2.308	3.004
CEMIG TELECOM -3ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	858	1.121
CEMIG TELECOM -4ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	1.870	2.437
CEMIG TELECOM -5ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	763	1.002
CEMIG TELECOM -6ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	591	759
TOTAL				10.110.315	8.246.008

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atrelada a índices financeiros, apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM). As controladas da Companhia, Gasmig e Cemig Telecom também possuem convenants, conforme descritos abaixo.

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
CEMIG:	
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Maior ou igual a 30,00%
Patrimônio Líquido/Ativo Total da Garantidora (Cemig) (2)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA (2)	Menor ou igual a 4 vezes
GASMIG:	
EBITDA/Serviço da Dívida (3)	Igual ou maior que 1,3
Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)(3)	Menor que 0,6
TELECOM:	
LAJIDA/ Serviço da Dívida (4)	igual ou superior a 1,10
Margem LAJIDA (LAJIDA/ROL) (4)	igual ou superior a 0,30
Índice de Capitalização (PL/AT) (4)	igual ou superior a 0,30
Dívida Financeira Total/ LAJIDA(4)	igual ou inferior a 3,50

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

(2) Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia deverá providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

(3) Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (Cross Default).

(4) O descumprimento destas cláusulas pela Telecom poderá provocar o bloqueio de recursos na Conta Retenção, o vencimento antecipado do contrato e a execução das garantias. Tais obrigações resumem-se, principalmente, na manutenção, desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final, de pelo menos três dos quatro índices financeiros acima, os quais deverão ser atingidos ao final de cada semestre civil, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro.

Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Reserva Global de Reversão - RGR	50.590	47.780
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	187.344	281.552
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.053	2.968
Eficiência Energética	256.116	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	194.615	159.510
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.848	1.765
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.418	3.251
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	7.228	6.550
Encargo de Capacidade Emergencial	30.997	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	54	655
	736.470	743.396
Passivo Circulante	433.294	516.983
Passivo Não Circulante	303.176	226.413

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	39.335	63.185	1.986	38.577	143.083
Despesa Reconhecida no Resultado	3.557	3.921	125	2.347	9.950
Contribuições Pagas	(2.804)	(2.057)	(61)	(386)	(5.308)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	40.088	65.049	2.050	40.538	147.725
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	199.183	74.034	1.958	28.016	303.191
Despesa Reconhecida no Resultado	13.878	5.069	138	1.887	20.972
Contribuições Pagas	(3.080)	(2.728)	(68)	(464)	(6.340)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	209.981	76.375	2.028	29.439	317.823
				30/06/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				10.199	9.139
Passivo Não Circulante				307.624	294.052

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	799.487	1.120.185	31.946	680.034	2.631.652
Despesa Reconhecida no Resultado	72.284	71.012	2.036	42.170	187.502
Contribuições Pagas	(56.967)	(35.405)	(1.056)	(5.986)	(99.414)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2015	814.804	1.155.792	32.926	716.218	2.719.740
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	1.346.388	1.323.516	30.090	553.377	3.253.371
Despesa Reconhecida no Resultado	92.858	91.204	2.074	37.440	223.576
Contribuições Pagas	(62.625)	(45.164)	(1.123)	(8.759)	(117.671)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	1.376.621	1.369.556	31.041	582.058	3.359.276
				30/06/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				185.785	166.990
Passivo Não Circulante				3.173.491	3.086.381

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação.

21. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2016
Trabalhistas	289.841	43.232	(4.435)	(20.493)	308.145
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	7.922	(616)	(6.033)	18.651
Outras ações cíveis	28.792	10.593	(76)	(2.535)	36.774
	46.170	18.515	(692)	(8.568)	55.425
Tributárias	69.014	4.478	(1.295)	(762)	71.435
Ambientais	60	-	(57)	-	3
Regulatórias	45.180	14.020	(1.068)	(1.905)	56.227
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	35.355	28.462	(2.477)	(6.680)	54.660
Total	754.573	108.707	(39.526)	(38.408)	785.346

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2015
Trabalhistas	322.525	35.517	-	(12.931)	345.111
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	7.032	(2.081)	(6.478)	17.688
Outras ações cíveis	24.272	12.035	-	(5.574)	30.733
	43.487	19.067	(2.081)	(12.052)	48.421
Tributárias	73.059	4.979	(9.685)	(477)	67.876
Ambientais	1.215	5	(1.164)	(1)	55
Regulatórias	35.385	2.843	-	(217)	38.011
Societárias	239.445	13.639	-	-	253.084
Outras	39.859	1.814	(10.439)	(861)	30.373
Total	754.975	77.864	(23.369)	(26.539)	782.931

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2016
Trabalhistas	29.169	10.286	-	(3.941)	35.514
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	3	(617)	-	2.680
Outras ações cíveis	1.289	2.162	(76)	(35)	3.340
	4.583	2.165	(693)	(35)	6.020
Tributárias	10.306	2.254	(1.157)	(682)	10.721
Regulatórias	21.696	-	(1.068)	-	20.628
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	427	62	-	(24)	465
Total	335.134	14.767	(32.420)	(4.682)	312.799

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2015
Trabalhistas	31.688	5.360	-	(3.149)	33.899
Cíveis					
Relações de Consumo	3.250	558	(924)	(12)	2.872
Outras ações cíveis	171	1.886	-	(632)	1.425
	3.421	2.444	(924)	(644)	4.297
Tributárias	9.828	2.480	(2.652)	(547)	9.109
Ambientais	313	-	(313)	-	-
Regulatórias	23.065	2.876	-	(1)	25.940
Societárias	239.445	13.639	-	-	253.084
Outras	1.007	82	(149)	(4)	936
Total	308.767	26.881	(4.038)	(4.345)	327.265

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$976.327 (R\$971.908 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$308.145 foram provisionados (R\$289.841 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$18.651 (R\$18.049 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$17.688 (R\$17.378 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$241.581 (R\$185.048 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$36.774 (R\$28.792 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$371.671 (R\$257.334 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$71.435 foram provisionados (R\$69.014 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$28.110 (R\$25.720 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$3 foram provisionados (R\$60 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$229.587 (R\$201.871 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$56.227 (R\$45.180 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R\$239.451 (R\$268.953 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$26.432 (R\$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$156.201 (R\$126.444 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$28.228 foram provisionados (R\$11.702 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$241.328 (R\$236.671 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$276.883 (R\$263.819 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.434.860 (R\$1.361.429 em 31 de dezembro de 2015), e classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$320.783 (R\$681.751 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$508.476 (R\$482.032 em 31 de dezembro de 2015), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$288.860 (R\$202.081 em 31 de dezembro de 2015), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$259.507 (R\$226.579 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.324.633 (R\$1.300.338 em 31 de dezembro de 2015), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$250.659 (R\$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$171.474 (R\$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$69.937 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$241.541 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$303.128 (R\$276.321 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$353.064 (R\$314.015 em 31 de dezembro de 2015), bem como a probabilidade de perda para remota, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$109.890 (R\$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$69.603 (R\$64.338 em 31 de dezembro de 2015).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$383.589 (R\$363.452 em 31 de dezembro de 2015) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Programa Luz para Todos – questionamento contratual de fornecedores

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$223.001 (R\$202.145 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$36.704 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 30 de junho de 2016, é de R\$25.208 (R\$44.423 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$140.651 (R\$139.508 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro (prejuízo) por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	30/06/2016	30/06/2015	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados.

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	30/06/2016	30/06/2015	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Lucro (Prejuízo) Líquido (A)	207.166	2.018.614	202.047	534.132
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	0,16	1,60	0,16	0,42

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(120.515)	(120.514)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	698.392	720.203
Ajustes de Conversão de Balanço	54.872	80.930
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(571.754)	(578.647)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	87	292
	181.597	222.778
Ajustes de Avaliação Patrimonial	61.082	102.264

Dividendos declarados referentes ao resultado de 2015

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R\$633.968, valor este inferior ao mínimo estatutário.

Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

Em 29 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária deliberou, após a avaliação da manifestação do Conselho de Administração e do parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, e em conformidade com os requerimentos dos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, pela manutenção no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, do valor de R\$633.967, para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

No contexto da reapresentação destas Informações Contábeis Intermediárias, considerando que o lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 no montante de R\$2.491.375 foi alterado para R\$2.468.500, o valor dos dividendos retidos no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$633.967 foi alterado para R\$622.530.

Ainda, em atendimento ao parágrafo 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração arquivou na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no dia 3 de maio de 2016, Aviso aos Acionistas, no qual explicou os motivos pelos quais sugeriu à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento dos dividendos previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro do exercício, não seriam compatíveis com a atual situação financeira da Companhia. Isto ocorre em função, principalmente, do Capital Circulante Líquido da Companhia apresentar saldo negativo em 31 de dezembro de 2015, indicadores de endividamento e também os impactos do atual cenário macroeconômico sobre os preços de venda de energia, com reflexo na receita da Companhia.

23. RECEITA

	Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	11.528.165	10.957.746
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	836.580	730.882
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(663.555)	762.497
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	147.769	126.503
Receita de Construção de Transmissão (d)	31.634	56.258
Receita de Indenização de Transmissão - ressarcimento pala RAP	592.469	54.872
Receita de Construção de Distribuição (d)	552.099	443.405
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (h)	5.325	193.673
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (e) *	148.694	-
Transações com energia na CCEE (f)	51.672	1.712.090
Fornecimento de Gás	697.492	850.720
Outras Receitas Operacionais (g)	706.852	691.008
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (i)	(5.424.064)	(5.144.222)
Receita Operacional Líquida	9.211.132	11.435.432

	Consolidado	
	Abr a Jun/16 Reapresentado	Abr a Jun/15 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.613.352	5.818.505
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	427.495	520.785
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(531.351)	212.227
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	74.724	63.705
Receita de Construção de Transmissão (d)	24.946	25.325
Receita de Indenização de Transmissão - ressarcimento pala RAP	561.226	54.872
Receita de Construção de Distribuição (d)	323.766	240.765
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (h)	3.479	102.120
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (e) *	67.928	-
Transações com energia na CCEE (f)	49.042	701.158
Fornecimento de Gás	318.841	425.217
Outras Receitas Operacionais (g)	345.608	381.722
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (i)	(2.521.430)	(3.051.801)
Receita Operacional Líquida	4.757.626	5.494.600

* Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Residencial	5.016.742	4.949.413	3.959.674	3.396.315
Industrial	9.509.867	11.588.756	2.663.146	2.773.044
Comércio, Serviços e Outros	3.384.948	3.260.567	2.284.760	1.867.090
Rural	1.683.739	1.544.410	678.786	596.703
Poder Público	451.683	441.322	276.061	249.062
Iluminação Pública	673.420	660.596	266.756	239.972
Serviço Público	612.103	596.686	268.675	246.266
Subtotal	21.332.502	23.041.750	10.397.858	9.368.452
Consumo Próprio	19.086	18.914	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(118.569)	201.267
	21.351.588	23.060.664	10.279.289	9.569.719
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	5.806.389	6.918.908	1.207.084	1.475.371
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	41.792	(87.344)
Total	27.157.977	29.979.572	11.528.165	10.957.746

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Residencial	2.526.223	2.386.270	1.936.040	1.849.553
Industrial	4.671.891	5.771.862	1.316.086	1.487.893
Comércio, Serviços e Outros	1.697.134	1.563.963	1.121.528	1.020.258
Rural	959.912	749.687	356.233	342.554
Poder Público	236.278	223.734	141.615	143.258
Iluminação Pública	344.358	329.545	128.891	139.821
Serviço Público	319.218	280.302	131.728	137.440
Subtotal	10.755.014	11.305.363	5.132.121	5.120.777
Consumo Próprio	9.634	9.095	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(159.590)	157.212
	10.764.648	11.314.458	4.972.531	5.277.989
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.109.757	2.883.357	655.322	628.072
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(14.501)	(87.556)
Total	13.874.405	14.197.815	5.613.352	5.818.505

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 12.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

e) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

f) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

g) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Serviço Taxado	2.940	8.801
Serviço de Telecomunicações	58.298	66.268
Prestações de Serviços	81.022	59.694
Subvenções (*)	510.577	459.159
Aluguel e Arrendamento	48.841	46.513
Outras	5.174	50.573
	706.852	691.008

	Consolidado	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Serviço Taxado	1.515	4.674
Serviço de Telecomunicações	29.187	31.964
Prestações de Serviços	42.236	29.863
Subvenções (*)	245.074	264.001
Aluguel e Arrendamento	24.217	25.469
Outras	3.379	25.751
	345.608	381.722

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

h) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

i) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Tributos sobre a Receita		
ICMS (1)	2.614.288	2.104.461
COFINS	1.012.785	1.047.848
PIS-PASEP	219.886	227.470
Outros	3.444	2.955
	3.850.403	3.382.734
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	15.613	17.110
Programa de Eficiência Energética – PEE	33.894	28.293
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.025.429	1.156.695
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	24.696	28.938
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	24.696	28.882
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	12.348	14.525
Encargos do Consumidor - PROINFA	20.022	12.699
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	17.682	19.636
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	56.062	54.817
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	343.219	399.893
	1.573.661	1.761.488
	5.424.064	5.144.222

	Consolidado	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.284.853	1.155.744
COFINS	479.826	513.785
PIS-PASEP	104.170	111.616
Outros	1.775	1.488
	1.870.624	1.782.633
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	7.067	8.535
Programa de Eficiência Energética – PEE	23.591	13.909
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	465.804	858.556
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	14.920	13.470
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	14.920	13.445
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	7.460	6.761
Encargos do Consumidor - PROINFA	10.180	6.371
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	8.915	10.158
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	27.995	25.192
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	69.954	312.771
	650.806	1.269.168
	2.521.430	3.051.801

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal (a)	843.215	669.147	17.157	21.402
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (Reversão)	6.200	145.216	(4.234)	4.388
Obrigações Pós-Emprego	159.277	115.218	17.808	6.393
Materiais	23.878	31.327	45	145
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	27	74.971	-	-
Serviços de Terceiros (b)	400.783	412.953	3.829	4.196
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.956.110	4.733.681	-	-
Depreciação e Amortização	398.717	428.708	260	241
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	733.612	273.005	446.201	137.025
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	525.912	492.643	-	-
Gás Comprado para Revenda	427.009	523.922	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	583.733	499.663	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	240.092	289.188	9.963	9.540
	8.298.565	8.689.642	491.029	183.330

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Pessoal (a)	429.808	332.709	7.075	8.215
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (Reversão)	6.200	64.243	(4.234)	138
Obrigações Pós-Emprego	84.091	57.609	9.166	3.197
Materiais	12.898	17.445	25	55
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia (recuperação de despesas)	9	(2.547)	-	-
Serviços de Terceiros (b)	192.779	214.124	2.009	2.354
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.024.749	2.312.277	-	-
Depreciação e Amortização	199.684	181.587	130	125
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	481.842	229.841	360.667	129.037
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	267.206	251.254	-	-
Gás Comprado para Revenda	189.146	261.914	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	348.712	266.090	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	112.006	160.967	5.406	5.595
	4.349.130	4.347.513	380.244	148.716

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Remunerações e Encargos	667.667	589.944	10.654	22.026
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	51.827	39.039	2.752	2.148
Benefícios Assistenciais	90.488	68.752	1.626	1.351
	809.982	697.735	15.032	25.525
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	4.664	1.585	195	(10)
Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	63.885	-	2.089	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(35.316)	(30.173)	(159)	(4.113)
	33.233	(28.588)	2.125	(4.123)
	843.215	669.147	17.157	21.402

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Remunerações e Encargos	320.476	294.307	2.500	7.966
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	23.878	20.033	1.304	1.104
Benefícios Assistenciais	41.958	34.117	700	696
	386.312	348.457	4.504	9.766
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	(1.700)	171	(68)	13
Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	63.885	-	2.089	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(18.689)	(15.919)	550	(1.564)
	43.496	(15.748)	2.571	(1.551)
	429.808	332.709	7.075	8.215

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Para o período de 18 de abril de 2016 a 31 de maio de 2016 a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorrerá no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia e contou com a adesão de 621 empregados. Os valores das rescisões foram integralmente provisionados, conforme demonstrado na tabela acima.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	67.520	58.876	-	-
Comunicação	26.449	29.730	186	190
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	123.491	108.626	48	44
Conservação e Limpeza de Prédios	47.570	45.028	346	148
Mão de Obra Contratada	6.209	1.831	-	4
Fretes e Passagens	2.789	4.599	831	1.034
Hospedagem e Alimentação	5.587	8.535	94	127
Vigilância	12.483	12.506	-	-
Consultoria	6.957	5.417	229	601
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	15.808	11.513	340	69
Manutenção e Conservação de Veículos	4.642	5.574	46	9
Corte e Religação	1.765	15.932	-	-
Meio Ambiente	8.343	12.027	-	-
Serviços Advocatícios	9.071	12.771	583	1.022
Custas Processuais	1.885	1.010	26	25
Poda de Árvores	5.390	11.639	-	-
Limpeza de Faixa	4.020	14.743	-	-
Reprografia e Publicações Legais	7.560	6.480	106	95
Inspeção de Unidades Consumidoras	468	2.091	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	1.815	2.428	-	-
Outras Despesas	40.961	41.597	994	828
	400.783	412.953	3.829	4.196

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	31.710	29.436	-	-
Comunicação	11.868	18.999	97	109
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	57.628	50.236	32	21
Conservação e Limpeza de Prédios	24.474	23.694	178	92
Mão de Obra Contratada	3.944	975	-	-
Fretes e Passagens	1.758	2.719	495	752
Hospedagem e Alimentação	3.414	4.344	62	79
Vigilância	6.406	6.136	-	-
Consultoria	2.928	2.737	87	274
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	1.450	8.125	118	53
Manutenção e Conservação de Veículos	2.535	2.936	28	5
Corte e Religação	585	8.249	-	-
Meio Ambiente	5.071	4.717	-	-
Serviços Advocatícios	4.347	6.117	311	348
Custas Processuais	1.501	636	11	13
Poda de Árvores	3.412	6.691	-	-
Limpeza de Faixa	2.078	9.218	-	-
Reprografia e Publicações Legais	4.723	3.508	45	44
Inspeção de Unidades Consumidoras	199	1.099	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	879	1.251	-	-
Outras Despesas	21.869	22.301	545	564
	192.779	214.124	2.009	2.354

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Energia de Itaipu Binacional	607.291	770.844
Contratos por Cotas de Garantia Física	251.160	113.484
Cotas das Usinas de Angra I e II	108.453	99.079
Energia de curto prazo	290.924	467.403
PROINFA	162.730	123.009
Contratos Bilaterais	142.091	165.669
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.212.275	2.085.475
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.573.891	1.318.089
Créditos de PASEP-COFINS	(392.705)	(409.371)
	3.956.110	4.733.681

	Consolidado	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Energia de Itaipu Binacional	290.716	401.174
Contratos por Cotas de Garantia Física	120.581	55.934
Cotas das Usinas de Angra I e II	54.226	50.121
Energia de curto prazo	192.600	191.014
PROINFA	81.365	61.504
Contratos Bilaterais	73.229	83.083
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	553.236	967.811
Energia adquirida no Ambiente Livre	858.042	689.518
Créditos de PASEP-COFINS	(199.246)	(187.882)
	2.024.749	2.312.277

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	174.566	58.077	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	38.797	35.517	10.286	5.360
Cíveis	17.823	16.986	1.472	1.520
Tributárias	3.183	(4.706)	1.097	(172)
Ambientais	(57)	(1.159)	-	(313)
Regulatórias	12.952	2.843	(1.068)	2.876
Societárias	-	13.639	-	13.639
Outras	25.985	(8.625)	62	(67)
	<u>98.683</u>	<u>54.495</u>	<u>11.849</u>	<u>22.843</u>
	273.249	112.572	11.849	22.843
Provisão em opções de Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 14)	434.352	114.182	434.352	114.182
Opção de venda SAAG (Nota 14)	26.011	46.251	-	-
	<u>460.363</u>	<u>160.433</u>	<u>434.352</u>	<u>114.182</u>
	733.612	273.005	446.201	137.025

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	98.303	30.973	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	(10.931)	19.369	1.034	3.664
Cíveis	9.903	6.564	2.667	1.741
Tributárias	2.864	2.048	2.203	1.289
Ambientais	-	2	-	-
Regulatórias	(8.162)	(73)	(331)	1.147
Societárias	-	13.639	-	13.639
Outras	18.292	(3.114)	41	(6.625)
	<u>11.966</u>	<u>38.435</u>	<u>5.614</u>	<u>14.855</u>
	110.269	69.408	5.614	14.855
Provisão em opções de Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 14)	355.053	114.182	355.053	114.182
Opção de venda SAAG (Nota 14)	16.520	46.251	-	-
	<u>371.573</u>	<u>160.433</u>	<u>355.053</u>	<u>114.182</u>
	481.842	229.841	360.667	129.037

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal e Administradores	32.496	28.208
Materiais	264.113	203.950
Serviços de Terceiros	201.752	190.423
Outros	<u>85.372</u>	<u>77.082</u>
	583.733	499.663

	Consolidado	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Pessoal e Administradores	17.895	17.373
Materiais	163.144	91.132
Serviços de Terceiros	122.324	108.982
Outros	45.349	48.603
	348.712	266.090

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Arrendamentos e Aluguéis	47.528	53.429	309	394
Propaganda e Publicidade	3.090	2.146	118	344
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.517	9.338	-	-
Subvenções e Doações	9.078	8.423	-	-
Concessão Onerosa	1.420	5.605	-	-
Seguros	4.919	4.444	1.950	1.889
Anuidade CCEE	3.952	4.157	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	42.314	45.505	2	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	12.481	11.625	617	667
Agentes Arrecadadores	35.548	34.358	-	-
Outras Despesas	68.245	110.158	6.966	6.245
	240.092	289.188	9.963	9.540

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
Arrendamentos e Aluguéis	24.017	25.571	152	336
Propaganda e Publicidade	1.289	720	118	342
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.716	5.468	-	-
Subvenções e Doações	4.856	5.024	-	-
Concessão Onerosa	786	1.388	-	-
Seguros	2.189	2.128	904	946
Anuidade CCEE	1.949	2.086	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	30.272	27.399	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.470	6.105	319	396
Agentes Arrecadadores	17.673	16.874	-	-
Outras Despesas	16.789	68.204	3.913	3.575
	112.006	160.967	5.406	5.595

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016	30/06/2015
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	135.477	92.701	15.413	8.448
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	142.333	96.840	-	-
Variações Cambiais	43.967	68.739	1	15
Variação Monetária	27.893	9.482	6.983	1.407
Variação Monetária - CVA	187.564	32.288	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	39.267	-	23.175	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(39.157)	-	(7.447)	-
Multas Contratuais	6.335	12.675	-	33
Ajuste ao Valor Presente	721	1.205	-	-
Outras	59.535	17.252	33.330	3.519
	603.935	331.182	71.455	13.422
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(907.801)	(609.549)	-	-
Variações Cambiais	(17.179)	(72.237)	-	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(185.407)	(226.356)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(2.755)	(7.074)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(64.299)	(72.284)	(3.164)	(3.557)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	(13.844)	-	-	-
Outras	(42.562)	(62.386)	(40)	(140)
	(1.233.847)	(1.049.886)	(3.204)	(3.698)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(629.912)	(718.704)	68.251	9.724

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/16 Reapresentado	Abr a Jun/15 Reapresentado	Abr a Jun/16	Abr a Jun/15
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	76.671	53.704	8.505	5.471
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	68.625	50.329	-	-
Variações Cambiais	29.182	15.716	-	1
Variação Monetária	11.754	4.916	3.342	147
Variação Monetária - CVA	167.832	-	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	7.778	-	4.030	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(26.918)	-	(5.972)	-
Multas Contratuais	3.739	9.299	-	-
Ajuste ao Valor Presente	8.095	44	7.718	-
Outras	40.161	6.623	31.301	1.849
	386.919	140.631	48.924	7.468
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(479.323)	(317.036)	-	-
Variações Cambiais	(53)	(10.691)	-	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(69.172)	(91.139)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(1.327)	(1.085)	-	-
Variação Monetária – CVA	-	(8.198)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(26.817)	(34.469)	(1.320)	(1.696)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	3.972	-	-	-
Outras	(29.707)	(31.714)	(25)	(19)
	(602.427)	(494.332)	(1.345)	(1.716)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(215.508)	(353.701)	47.579	5.752

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	37.357	18.674	-	-	76.735	67.541	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	4.608	8.619	-	-	(1.470)	(405)
Depósito Administrativo – AFAC (2)	-	-	-	-	29.502	-	-	(13.639)
Não Circulante								
Financiamentos – BDMG	-	-	24.096	50.067	-	-	-	-
Depósito Administrativo – AFAC (2)	-	-	239.451	268.953	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	8.735	10.519	-	-	(70.261)	(20.754)
Prestação de serviços (4)	1.492	199	-	-	5.184	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	877	1.478	-	-	(3.341)	(2.195)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.788	5.788	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	29.759	15.639	-	-	(277.799)	(38.029)
Adiantamento para entrega futura de energia elétrica (5)	-	86.941	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(10.076)	(6.198)
Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.433	1.481	-	-	(8.694)	(1.705)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Aportes para Aumento do Capital Social (6)	-	-	17.640	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.690	1.518	-	-	(73.749)	(7.651)
Contas a Receber (7)	51.397	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber (7)	16.042	60.000	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para entrega futura de energia elétrica (8)	94.000	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	10.390	11.234	-	-	(47.213)	(20.310)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	817	673	-	-	(4.080)	(944)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	678	-	-	-	-	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	194	242	-	-	(1.027)	(350)
Prestação de serviços (4)	111	111	-	-	491	134	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.044	-	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	423	593	470	470	36.121	9.927	(416)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.631	43.972	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Controlada em conjunto								
Parati								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.586	8.807	-	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (9)	-	-	6.896	5.925	-	-	(32.118)	(11.103)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	144	96	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	1.160.453	1.030.612	-	-	67.013	46.638	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	20.736	16.905	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	82.167	75.970	-	-	(92.858)	(72.283)
Despesa com pessoal (11)	-	-	-	-	-	-	(51.827)	(39.039)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(12.481)	(11.625)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	1.545	1.544	-	-	(9.265)	(9.044)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (10)	-	-	1.294.454	1.270.418	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	87.044	78.889	-	-	(93.278)	(73.049)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	1.313.553	1.274.717	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 21);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;
- A Companhia realizou aporte na controlada em conjunto Guanhães Energia S.A., no qual foi liquidado em 01 de julho de 2016. Mais informações estão disponíveis na Nota Explicativa nº 13;
- Refere-se a contas a receber junto à Renova Energia, que será liquidada através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser paga até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI.
- Realizados em junho de 2016, conforme condições dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados entre a Cemig GT e Renova. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia, a partir de janeiro de 2017;
- Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 20) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 24) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel do edifício sede;
- Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 16 e 23.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	Vencimento	30/06/2016
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	2042	683.615
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	2042	2.864.303
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	2034	1.992.544
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	2037	707.632
Guanhães	Controlada em conjunto	Aval	Nota Promissória	2017	76.503
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	2023	9.931
					6.334.528

Em 30 de junho de 2016, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento reservado – FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2016, proporcional a participação detida pelas empresas no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação do grupo Cemig no fundo de investimento estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2016				
				Cemig 6,11%	Cemig GT 21,97%	Cemig D 29,76%	Demais Controladas 16,22% *	Total
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	324	1.167	1.580	861	3.932
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	3.241	11.654	15.785	8.603	39.283
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	612	2.200	2.979	1.622	7.413
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	3.410	12.262	16.607	9.051	41.330
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.445	5.197	7.039	3.835	17.516
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.807	6.496	8.798	4.795	21.896
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	613	2.205	2.988	1.628	7.434
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	-	-	-	-
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	645	2.317	3.139	1.709	7.810
				12.097	43.498	58.915	32.104	146.614

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2015				
				Cemig 10,17%	Cemig GT 29,71%	Cemig D 22,22%	Demais Controladas 37,90% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.154	3.369	2.520	4.297	11.340
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	5.071	14.807	11.076	18.891	49.845
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	1.100	3.212	2.402	4.099	10.813
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	5.442	15.889	11.884	20.271	53.486
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.213	6.461	4.832	8.242	21.748
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.766	8.076	6.041	10.303	27.186
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.023	2.988	2.235	3.812	10.058
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	289	845	632	1.077	2.843
				19.058	55.647	41.622	70.992	187.319

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos primeiros semestres de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Remuneração	11.579	8.838
Participação nos Resultados (Reversão)	(799)	609
Benefícios Assistenciais	747	501
Total	11.527	9.948

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 e Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 das usinas de geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 128% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne (SAAG) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. Para mensuração do valor justo das opções de venda de ações da Parati foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado até o primeiro trimestre de 2016. Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati, no segundo trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções de venda de ações da Parati(mais detalhes na Nota Explicativa nº 13). A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas Informações Contábeis Intermediárias.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	46.927	46.927	51.939	51.939
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1.453.488	1.453.488	872.693	872.693
Créditos com Consumidores e Revendedores	3.172.966	3.172.966	3.639.243	3.639.243
Concessionários – Transporte de Energia	260.974	260.974	258.925	258.925
Bonificação de Outorga	2.262.688	2.262.688	-	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão e Geração	2.193.022	2.193.022	1.600.553	1.600.553
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	63.751	63.751	71.695	71.695
Depósitos Vinculados a Litígios	1.873.767	1.873.767	1.813.341	1.813.341
CVA e Outros Componentes Financeiros	984.722	984.722	1.349.656	1.349.656
Fundos Vinculados	1.047	1.047	162	162
	12.313.352	12.313.352	9.658.207	9.658.207
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	176.708	176.708	135.983	135.983
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	72.360	71.592	224.860	223.873
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	914.363	914.363	2.285.452	2.285.452
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda	1.853.080	1.853.080	1.392.717	1.392.717
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.565.749	1.565.749	1.901.153	1.901.153
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.447.763	15.216.230	15.166.537	15.543.680
Concessões a Pagar	849.940	847.037	21.388	19.275
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	813.244	813.244	811.573	811.573
CVA e Outros Componentes Financeiros	452.751	452.751	-	-
	19.129.447	18.895.011	17.900.651	18.275.681

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2016		31/12/2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	5.531	17.754	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	56.307	192.600	82.983	314.859
	<u>61.838</u>	<u>210.354</u>	<u>91.206</u>	<u>346.968</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 18)	3.013	10.670	3.395	14.430
Passivo Líquido Exposto		<u>221.024</u>		<u>361.398</u>

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2017 será uma valorização de 14,61% para o dólar (R\$3,679) e uma valorização de 14,69% para o Euro (R\$4,061). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2016	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	17.754	20.348	25.436	30.525
Fornecedores (Itaipu Binacional)	192.600	220.740	275.940	331.140
	<u>210.354</u>	<u>241.088</u>	<u>301.376</u>	<u>361.665</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	10.670	12.237	15.295	18.357
Passivo Líquido Exposto	<u>221.024</u>	<u>253.325</u>	<u>316.671</u>	<u>380.022</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>32.301</u>	<u>95.647</u>	<u>158.998</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$59.108 (R\$71.852 em 31 de dezembro de 2015).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 5)	1.453.488	872.693
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	986.723	2.510.312
Fundos Vinculados	1.047	162
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 18)	984.722	1.349.656
	<u>3.425.980</u>	<u>4.732.823</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 18)	(11.063.927)	(10.734.336)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 18)	(241.772)	(283.160)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 12)	(452.751)	-
	<u>(11.758.450)</u>	<u>(11.017.496)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(8.332.470)</u>	<u>(6.284.673)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 12,75% e 7,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2016	30 de junho de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 12,75% TJLP 7,00%	Cenário Possível SELIC 15,94% TJLP 8,75%	Cenário Remoto SELIC 19,13% TJLP 10,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 5)	1.453.488	1.638.808	1.685.174	1.731.540
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	986.723	1.112.530	1.144.007	1.175.483
Fundos Vinculados	1.047	1.180	1.214	1.247
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	984.722	1.110.274	1.141.687	1.173.099
	<u>3.425.980</u>	<u>3.862.792</u>	<u>3.972.082</u>	<u>4.081.369</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 18)	(11.063.927)	(12.474.578)	(12.827.517)	(13.180.456)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 18)	(241.772)	(258.696)	(262.927)	(267.158)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 12)	(452.751)	(510.477)	(524.920)	(539.362)
	<u>(11.758.450)</u>	<u>(13.243.751)</u>	<u>(13.615.364)</u>	<u>(13.986.976)</u>
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	<u>(8.332.470)</u>	<u>(9.380.959)</u>	<u>(9.643.282)</u>	<u>(9.905.607)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(1.048.489)</u>	<u>(1.310.812)</u>	<u>(1.573.137)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de junho de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2016	31/12/2015
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 12) *	125.900	120.853
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 12)	1.646.598	1.054.129
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 12)	2.262.688	-
	4.035.186	1.174.982
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.030.720)	(3.909.872)
Concessão Onerosa	(827.921)	-
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(813.244)	(811.573)
	(5.671.885)	(4.721.445)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(1.636.699)	(3.546.463)

* Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25 de março de 2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2017, a taxa IPCA será de 5,71%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2016	30 de junho de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,71%	Cenário Possível IPCA 7,14%	Cenário Remoto IPCA 8,57%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 12)	125.900	133.092	134.889	136.690
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 12)	1.646.598	1.740.655	1.764.165	1.787.711
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 12)	2.262.688	2.391.937	2.424.244	2.456.600
	4.035.186	4.265.684	4.323.298	4.381.001
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.030.720)	(4.260.962)	(4.318.513)	(4.376.153)
Concessão Onerosa - IPCA	(827.921)	(875.213)	(887.035)	(898.874)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(813.244)	(859.698)	(871.310)	(882.939)
	(5.671.885)	(5.995.873)	(6.076.858)	(6.157.966)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(1.636.699)	(1.730.189)	(1.753.560)	(1.776.965)
(Efeito Líquido da Variação do IPCA)		(93.490)	(116.861)	(140.266)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	186.035	1.009.052	4.484.135	12.125.974	2.214.231	20.019.427
Concessões a pagar	828.159	701	1.831	9.408	13.379	853.478
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	10.565	31.925	87.856	584.939	504.712	1.219.997
	<u>1.024.759</u>	<u>1.041.678</u>	<u>4.573.822</u>	<u>12.720.321</u>	<u>2.732.322</u>	<u>22.092.902</u>
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.444.329	121.420	-	-	-	1.565.749
	<u>2.469.088</u>	<u>1.163.098</u>	<u>4.573.822</u>	<u>12.720.321</u>	<u>2.732.322</u>	<u>23.658.651</u>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	520	1.571	4.323	28.779	24.832	60.025
- Pré-fixadas						
Fornecedores	5.915	-	-	-	-	5.915
	<u>6.435</u>	<u>1.571</u>	<u>4.323</u>	<u>28.779</u>	<u>24.832</u>	<u>65.940</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 30 de junho de 2016, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$692.152.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas Cemig GT, CEMIG D, Cemig Telecom e Gasmig possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento pela garantidora da Cemig GT e Cemig D, a CEMIG, e pela Gasmig, de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual e pela Cemig Telecom que possui exigibilidade de cumprimento anual e semestral, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro. O não atendimento destas cláusulas, verificadas anualmente no final do exercício, obrigam a devedora a constituir garantias adicionais, sob pena de ensejar a aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2016, assim como em 31 de dezembro de 2015, a Cemig Telecom atendeu a três dos índices financeiros (covenants) que podem causar o vencimento antecipado do contrato ou o bloqueio de recursos na conta de retenção, conforme permitido pelo contrato de emissão de debêntures, que requer a manutenção de pelo menos três dos quatro índices financeiros no período compreendido desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final.

Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de junho de 2016 é apresentada a seguir:

	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015 Reapresentado
Total do Passivo	28.937.189	27.869.413
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.500.415)	(924.632)
(-) Fundos Vinculados	(1.047)	(162)
Passivo Líquido	27.435.727	26.944.619
Total do Patrimônio Líquido	13.798.167	12.987.676
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,99	2,07

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30 de junho de 2016	Valor justo em 30 de junho de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	95.138	-	95.138	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	119.282	-	119.282	-
Letras Financeiras - Bancos	549.709	549.709	-	-
Debêntures	150.234	-	150.234	-
	914.363	549.709	364.654	-
Fundos Vinculados	169	-	169	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	176.708	-	-	176.708
	1.091.240	549.709	364.823	176.708
Passivos				
Opções de venda (1)	(1.853.080)	-	(1.853.080)	-
	(761.840)	549.709	(1.488.257)	176.708

(1) A partir do segundo trimestre, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.577.172	-	1.577.172	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	87.938	-	87.938	-
Letras Financeiras - Bancos	460.010	460.010	-	-
Debêntures	160.332	-	160.332	-
	2.285.452	460.010	1.825.442	-
Fundos Vinculados	162	-	162	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	2.421.597	460.010	1.825.604	135.983
Passivos				
Opções de venda	(1.392.717)	-	-	(1.392.717)
	1.028.880	460.010	1.825.604	(1.256.734)

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções da SAAG utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios das Companhias e o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da Parati. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (REAPRESENTADO)								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.913.613	4.845.708	18.077.100	319.448	2.468.380	2.568.787	(457.680)	42.735.356
ADIÇÕES AO SEGMENTO	657.298	-	533.039	18.461	19.060	-	-	1.227.858
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	1.440.630	31.634	-	-	-	-	-	1.472.264
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	6.194.534	2.362.913	1.498.376	-	-	22.085	-	10.077.908
RECEITA LÍQUIDA	2.670.416	761.129	5.189.580	48.950	569.887	61.613	(90.443)	9.211.132
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.474.709)	-	(2.495.624)	-	-	(3)	14.226	(3.956.110)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(149.463)	(161)	(436.904)	-	-	-	60.616	(525.912)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(427.009)	-	-	(427.009)
Total dos Custos Operacionais	(1.624.172)	(161)	(2.932.528)	-	(427.009)	(3)	74.842	(4.909.031)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(137.414)	(62.380)	(587.896)	(13.122)	(20.271)	(22.132)	-	(843.215)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(213)	(614)	(9.511)	-	-	4.138	-	(6.200)
Obrigações Pós-Emprego	(24.528)	(11.047)	(105.895)	-	-	(17.807)	-	(159.277)
Materiais	(5.510)	(1.962)	(17.437)	(47)	(812)	(66)	1.929	(23.905)
Serviços de Terceiros	(63.812)	(14.644)	(312.807)	(10.900)	(6.543)	(4.230)	12.153	(400.783)
Depreciação e Amortização	(111.045)	6.952	(243.855)	(16.338)	(26.536)	(7.895)	-	(398.717)
Provisões (Reversões) Operacionais *	(46.339)	(5.301)	(236.124)	354	-	(446.202)	-	(733.612)
Custos de Construção	-	(31.634)	(533.039)	-	(19.060)	-	-	(583.733)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(37.933)	(2.970)	(176.731)	(7.778)	(5.250)	(10.949)	1.519	(240.092)
Total do Custo de Operação	(426.794)	(123.600)	(2.223.295)	(47.831)	(78.472)	(505.143)	15.601	(3.389.534)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.050.966)	(123.761)	(5.155.823)	(47.831)	(505.481)	(505.146)	90.443	(8.298.565)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	619.450	637.368	33.757	1.119	64.406	(443.533)	-	912.567
Resultado de Equivalência Patrimonial	(131.375)	205.066	(42.437)	(15.506)	-	(1.706)	-	14.042
Receitas Financeiras	87.092	2.174	428.796	2.195	7.824	75.854	-	603.935
Despesas Financeiras	(649.533)	(2.478)	(555.716)	(3.419)	(19.462)	(3.239)	-	(1.233.847)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(74.366)	842.130	(135.600)	(15.611)	52.768	(372.624)	-	296.697
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.354)	(197.661)	15.258	66	(14.379)	118.704	-	(89.366)
RESULTADO	(85.720)	644.469	(120.342)	(15.545)	38.389	(253.920)	-	207.331
Participação dos acionistas controladores	(85.720)	644.469	(120.342)	(15.545)	38.224	(253.920)	-	207.166
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	165	-	-	165
	(85.720)	644.469	(120.342)	(15.545)	38.389	(253.920)	-	207.331

* A despesa de provisões operacionais registrada na coluna de outras, no valor de R\$446.202 refere-se substancialmente a despesas com opção de compra de investimentos mantidos pela controladora e descritos na Nota Explicativa nº 13.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2015 (REAPRESENTADO)								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	12.291.223	3.823.976	16.889.074	331.997	2.406.602	1.509.611	(139.187)	37.113.296
ADIÇÕES AO SEGMENTO	973.263	-	443.405	25.352	22.535	-	-	1.464.555
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO		56.258						56.258
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.691.235	2.415.948	1.206.623	-	-	378.995	-	9.692.801
RECEITA LÍQUIDA	4.288.463	243.196	6.298.332	61.202	681.325	44.277	(181.363)	11.435.432
CUSTOS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.267.840)	-	(3.578.613)	-	-	(30)	112.802	(4.733.681)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(145.579)	(130)	(399.779)	-	-	-	52.845	(492.643)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(523.922)	-	-	(523.922)
Total dos Custos Operacionais	(1.413.419)	(130)	(3.978.392)	-	(523.922)	(30)	165.647	(5.750.246)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(101.664)	(60.751)	(462.450)	(7.094)	(11.977)	(25.211)	-	(669.147)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(29.827)	(8.322)	(101.732)	(946)	-	(4.389)	-	(145.216)
Obrigações Pós-Emprego	(17.138)	(8.139)	(83.548)	-	-	(6.393)	-	(115.218)
Materiais	(80.913)	(2.137)	(22.310)	(38)	(739)	(161)	-	(106.298)
Serviços de Terceiros	(56.547)	(15.479)	(333.383)	(13.356)	(2.664)	(5.253)	13.729	(412.953)
Depreciação e Amortização	(154.280)	-	(224.462)	(18.088)	(26.003)	(5.875)	-	(428.708)
Provisões (Reversões) Operacionais	(43.006)	1.132	(93.465)	(641)	-	(137.025)	-	(273.005)
Custos de Construção	-	(56.258)	(443.405)	-	-	-	-	(499.663)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(24.921)	(6.598)	(219.896)	(9.776)	(13.389)	(16.595)	1.987	(289.188)
Total do Custo de Operação	(508.296)	(156.552)	(1.984.651)	(49.939)	(54.772)	(200.902)	15.716	(2.939.396)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.921.715)	(156.682)	(5.963.043)	(49.939)	(578.694)	(200.932)	181.363	(8.689.642)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	2.366.748	86.514	335.289	11.263	102.631	(156.655)	-	2.745.790
Resultado de Equivalência Patrimonial	(101.930)	204.369	7.387	(14.565)	-	549	-	95.810
Resultado com Reorganização Societária	734.530	-	-	-	-	-	-	734.530
Receitas Financeiras	54.535	15.690	228.099	1.794	13.756	17.308	-	331.182
Despesas Financeiras	(385.694)	(94.805)	(538.234)	(2.880)	(24.482)	(3.791)	-	(1.049.886)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.668.189	211.768	32.541	(4.388)	91.905	(142.589)	-	2.857.426
Imposto de Renda e Contribuição Social	(839.399)	(3.095)	(19.968)	(3.349)	(27.524)	54.800	-	(838.535)
RESULTADO	1.828.790	208.673	12.573	(7.737)	64.381	(87.789)	-	2.018.891
Participação dos acionistas controladores	1.828.790	208.673	12.573	(7.737)	64.104	(87.789)	-	2.018.614
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	277	-	-	277
	1.828.790	208.673	12.573	(7.737)	64.381	(87.789)	-	2.018.891

30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 24 de maio de 2016, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 3,78%, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2016, até 27 de maio de 2017.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/06/2016	30/06/2015
Concessão Onerosa ainda não pagas	775.723	-
Receita e Despesa de Construção	583.733	499.663
Encargos Financeiros Capitalizados	82.395	70.160
Rolagem de Dívidas	600.000	-
Aporte de Capital na Amazônia Energia	-	36.393
Aporte de Capital na Aliança Norte	-	22.378
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	35.752	423.294
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	734.530
Ativos aportados na aliança Geração de Energia S.A.	-	581.114

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Principais captações e amortizações de dívidas:

Segue tabela com as principais captações e amortizações de dívidas:

	Companhia	Data	Valores em milhões de Reais (R\$)	Vencimento	Taxa contratada
7ª emissão de notas promissórias comerciais	Cemig GT	01/07/2016	620	26/06/2017	128% CDI
Pagamento de empréstimos (Banco do Brasil)	Cemig D	21/10/2016	(625)	-	-
Emissão de Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	600	4 parcelas semestrais com vencimento final em outubro 2018	132,90% CDI
Pagamento de empréstimos (Banco do Brasil)	Cemig GT	24/10/2016	(716)	-	-
Pagamento de debentures (2ª e 4ª Emissão)	Cemig D	15/12/2016	(484)	-	-
Pagamento de debentures (4ª Emissão)	Cemig GT	23/12/2016	(575)	-	-
Pagamento de notas promissórias (6ª emissão)	Cemig GT	29/12/2016	(1.685)	-	-
7ª Emissão de debentures	Cemig GT	29/12/2016	2.240	Vencimento em 5 anos	140% CDI
Pagamento de Debentures (3ª emissão)	Cemig GT	15/02/2017	(629)	-	-

Concessão da UHE Miranda

Em 26 de outubro de 2016, o Ministério de Minas e Energia indeferiu o requerimento administrativo formulado pela Cemig de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda observando-se as bases originais do contrato de concessão, anteriores à Lei nº 12.783/2013. O término da concessão da UHE Miranda ocorrerá em dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Alienação de ações da TAESA de propriedade da CEMIG

Em 29 de setembro de 2016, a Taesa divulgou o início da oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), de emissão da Taesa e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”) e Cemig.

A Oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos de colocação de 65.702.230 Units de titularidade dos Acionistas Vendedores, ao preço de R\$19,65 por Unit, resultando em um montante total de R\$1.291 milhões. A efetiva liquidação da Oferta ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Por se tratar de uma oferta pública com esforços restritos exclusivamente de distribuição secundária, não houve ingresso de recursos para a Taesa, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos dos custos da oferta, resultantes da venda das Units no montante de R\$1.276 milhões, dos quais R\$791 milhões foram recebidos pela Cemig, representando um ganho bruto de R\$181 milhões, reconhecidos no resultado da Companhia em outubro de 2016.

Com a liquidação da Oferta, a Cemig passou ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Taesa, representativas de 42,72% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Taesa, que somadas às ações ordinárias, representam 31,54% do capital social total da Taesa.

Contrato de Investimento para aporte de capital na Ativas

A Cemig Telecom S.A., subsidiária integral da Cemig, celebrou, em 25 de agosto de 2016, Contrato de Investimento com a empresa Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda., integrante do grupo chileno Sonda S.A., para um aporte de capital na Ativas Data Center, em parceria com a Ativas Participações S.A, empresa controlada do Grupo Asamar.

A Sonda é a principal empresa de serviços de Tecnologia da Informação da América Latina, com presença em dez países e 17.000 colaboradores.

Em 19 de outubro de 2016, após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimento, foi realizado o fechamento da operação.

A Sonda, por meio de aporte no valor de R\$114 milhões, passa a deter 60% de participação acionária na Ativas, ficando Cemig Telecom e Ativas Participações com 19,6% e 20,4% do capital total da empresa, respectivamente, o que representou um ganho de R\$24,7 no resultado da Cemig Telecom.

Exercício de opção de venda

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R\$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

Alienação de participação societária vinculada à Transchile

A Cemig celebrou, em 12 de setembro de 2016, Contrato para a alienação da totalidade de sua participação societária vinculada à Transchile Charrúa Transmisión S.A. correspondente a 49% do capital total, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A., pelo valor de US\$56,6 milhões. Em 06 de outubro de 2016, a totalidade das ações detidas pela Cemig na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A. no montante de R\$180.204, representando um ganho de R\$94.438.

Covenants Estatutários

O Estatuto Social da Companhia estabelece determinadas metas de endividamento e investimentos que deverão ser cumpridas pela Administração da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2017 foi autorizada a ultrapassagem desses indicadores excepcionalmente para o exercício de 2017, conforme tabela abaixo:

	Meta do Estatuto	Ultrapassagem autorizada na AGO
Endividamento consolidado/Lajida	2,00	4,44
Dívida Líquida/Dívida Líquida + Patrimônio Líquido	40,00%	55,00%
Investimento de capital e aquisição de quaisquer ativos/Lajida	40,00%	192,00%

Os novos limites aprovados para 2017 deverão ser revistos quando da aprovação do orçamento de 2017 pelo Conselho de Administração e deverão ser submetidos novamente aos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Cisão Total da Parati, com incorporação do acervo cindido pela RME e pela Lepsa

Em 2016, os acionistas decidiram implementar uma série de medidas visando simplificação societária do grupo Parati, conforme segue:

- Extinção da Redentor Energia S.A., por meio da incorporação reversa pela RME;
- Cisão total da Parati, com incorporação do acervo cindido pela RME e LEPSA;
- Extinção da Parati, por meio da incorporação reversa pela RME e LEPSA;

Em novembro de 2016, RME e LEPSA declararam, ao todo, R\$463 milhões a título de dividendos com utilização de reservas de lucros acumuladas em anos anteriores. No mesmo mês, foi realizada chamada de capital pelas duas companhias, totalizando um aporte de R\$446 milhões, integralizado exclusivamente pela Cemig.

Em função dessas alterações, a Cemig passou a ter a seguinte participação acionária nessas empresas:

- RME – 50,00% das ações ordinárias, com participação de 66,27% do capital social total.
- LEPSA – 50,00% das ações ordinárias, com participação de 66,62% do capital social total.

Como resultado do aumento do capital e do exercício da opção de venda mencionado em tópico anterior, ocorreu um aumento da participação indireta, através da RME e Lepsa, e direta da Cemig na Light, de 32,58% para 43,38%.

Foram celebrados instrumentos para formalizar as devidas alterações nos direitos e obrigações referentes à Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Acionistas Diretos sobre as ações da Parati, para que tais direitos e obrigações recaiam sobre as ações de emissão da RME e da Lepsa, uma vez que essas sociedades recebem todo o acervo cindido decorrente da cisão total de sua controladora e única acionista, a Parati.

Recebimento de dividendos da Taesa

A Cemig recebeu dividendos da Taesa no montante de R\$86.065 em agosto de 2016.

Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande

Em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela Cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE's de Volta Grande, Jaguará, São Simão e Miranda

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE's de Jaguará, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a Cemig GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão

O Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) concedeu a liminar para manter a Cemig Geração e Transmissão S/A (“Cemig GT”) na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão (“UHE São Simão”), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança nº 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ nº 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi “concedida a medida liminar de CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/97”.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguará

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará (“UHE Jaguará”) sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21/03/2017), foi “revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS nº 34.203”.

Alienação de Parques Eólicos pela Renova

Em 13 de janeiro de 2017, a Renova acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$ 600 milhões e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700 milhões a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões ficarão retidos em conta vinculada (*escrow account*) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

O valor total de aquisição de R\$ 650 milhões anunciado em janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$ 600 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em conta vinculada de R\$ 50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”). O fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

Alterações no Estatuto Social da Light (“Reforma Estatutária”)

O Conselho de Administração da Light S.A. aprovou, em 28 de março de 2017, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”) para: (i) deliberar sobre alterações no seu estatuto social (“Reforma Estatutária”); e (ii) considera a possibilidade de realização de uma oferta pública primária de ações, com esforços restritos de distribuição, no Brasil, com base na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e, no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América, com base nas disposições da Rule 144A e do Regulation S, nos termos do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“Securities Act”) (“Oferta”), a qual poderá ter ainda uma parcela secundária com a eventual participação de acionistas da Light.

A Light informa que este Fato Relevante não tem o propósito de ser publicado ou distribuído, direta ou indiretamente, nos Estados Unidos da América e não constitui uma oferta de venda de valores mobiliários nos Estados Unidos da América. Os valores mobiliários mencionados neste Fato Relevante não foram e não serão registrados ao abrigo do Securities Act, ou qualquer outra lei referente a valores mobiliários, e não devem ser oferecidos ou vendidos nos Estados Unidos da América sem o devido registro ou uma isenção de registro aplicável nos termos do Securities Act.. Nesta data, não há nenhuma oferta pública sendo conduzida no Brasil ou nos Estados Unidos da América.

Nenhum valor mobiliário deve ser vendido em nenhum estado ou jurisdição, incluindo no Brasil ou nos Estados Unidos da América, nos quais a oferta, solicitação ou venda de tal valor mobiliário seja considerada ilegal antes do registro ou enquadramento nas leis sobre valores mobiliários de tal estado ou jurisdição.

Este Fato Relevante tem caráter meramente informativo e não deve, em nenhuma circunstância, ser interpretado como, nem constituir, uma recomendação de investimento ou uma oferta de venda, ou uma solicitação ou uma oferta de compra de quaisquer valores mobiliários da Companhia no Brasil, incluindo as ações de sua emissão.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possível estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aporte de capital, na Cemig GT, no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Aditivos Contratuais da GASMIG

Em 10 de fevereiro de 2017, a Gasmig assinou o aditivo de número 07 ao contrato de suprimento adicional de gás – CSA e o aditivo número 02, normas gerais, com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, alterando as regras contratuais e, conseqüentemente, a expectativa de resultados futuros da Gasmig. Os principais elementos do novo contrato de suprimento de gás, e suas conseqüências nos resultados da Gasmig, são apresentados a seguir:

- Vigência a partir de 01 de janeiro de 2017 e com final em dezembro de 2021.
- Alteração da Quantidade Diária Contratada e dos compromissos de retirada diária de gás, com adequação às expectativas de consumo do mercado mineiro até dezembro de 2021.
- Compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) passa a ser apurado mensalmente, com recuperação automática do volume de gás já pago e ainda não retirado.
- Parcelamento do compromisso de *Take or Pay* relativo ao ano de 2015, com previsão de pagamento em até 36 parcelas, com possibilidade de antecipação das parcelas.

- Ajuste do preço de aquisição do gás fornecido pela Petrobras.
- Cláusulas de programação de retirada de gás mais restritivas.
- Não será apurado/pago o compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) relativo ao ano de 2016.

Por força da vigência do contrato anterior, a Gasmig registrou R\$225.394 na conta de adiantamento a fornecedor – direito de retirada de gás, no ativo não circulante, e sua contrapartida na conta de fornecedores de gás, no passivo circulante. Esse registro provocou impacto no capital circulante líquido da Gasmig, que ficou negativo em R\$354.011. Com a assinatura do novo aditivo contratual, o compromisso de retirada mínima anual do ano 2016 foi extinto.

Adicionalmente Gasmig e Petrobras negociaram a rescisão do Contrato de Serviço de Distribuição para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), sem ônus para as partes envolvidas.

Assinatura dos contratos de concessão, pela Taesa, do Leilão ANEEL nº 13/2015 (2ª etapa).

No dia 10 de fevereiro de 2017 foram assinados, pela Taesa, os contratos de concessão 17/2017 (Janaúba), 04/2017 (Aimorés), 03/2017 (Paraguaçu) e 19/2017 (ESTE), com prazo de vigência de 30 anos.

Investimento na Madeira Energia – resultado do processo de arbitragem

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº13, a Cemig e a SAAG instauraram processo de arbitragem tendo a MESA como parte, sendo que em novembro de 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia não espera perdas na realização dos créditos a receber referente a indenização de transmissão, com maiores detalhes sobre os saldos a receber e critérios de atualização na Nota Explicativa nº 12.

TAESA arremata o principal lote do Leilão ANEEL 005/2016

No dia 24 de abril de 2017, o Consórcio Columbia formado pelas empresas Taesa e Cteep, conquistou o lote 1 do Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizado pela ANEEL ao oferecer R\$267.316 de receita anual permitida (RAP).

O empreendimento, que exigirá R\$ 1,936 bilhão em investimentos, é composto pelas linhas de transmissão de 525 kV Guaíra - Sarandi, com 266,3 quilômetros de extensão; Foz do Iguaçu - Guaíra, com 173 quilômetros; Londrina - Sarandi, com 75,5 quilômetros, além da linha de 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte, com 85 quilômetros, e mais três subestações (Guaíra, Sarandi e Paranavaí Norte), localizados no Paraná.

O prazo para execução das obras é de 60 meses, por isso, conforme o edital, a entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

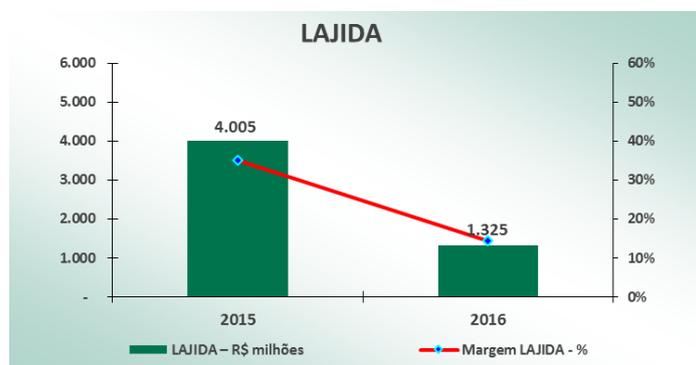
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2016, um lucro líquido de R\$207.331 em comparação ao lucro líquido de R\$2.018.891 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 89,73%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 66,91% no primeiro semestre de 2016 na comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2016	30/06/2015	Var %
Resultado do Exercício	207.331	2.018.891	(89,73)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	89.366	838.535	(89,34)
+ Resultado Financeiro	629.912	718.704	(12,35)
+ Depreciação e Amortização	398.717	428.708	(7,00)
= LAJIDA	1.325.326	4.004.838	(66,91)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução de 66,91% no LAJIDA, no primeiro semestre de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015 decorre, principalmente, da redução da receita e do ganho extraordinário, em 2015, referente a resultado de valor justo em operação societária. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 58,91%, passando de 35,02% no primeiro semestre de 2015 para 14,39% no primeiro semestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$11.528.165 no primeiro semestre de 2016 em comparação a R\$10.957.746 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 5,21%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$10.279.289 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$9.569.719 no mesmo período de 2015, representado um aumento de 10,99%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Redução de 7,41% no volume de energia vendida.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro semestre de 2016, comparativamente às do mesmo período de 2015:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	30/06/2016	30/06/2015	Var %
Residencial	5.016.742	4.949.413	1,36
Industrial	9.509.867	11.588.756	(17,94)
Comércio, Serviços e Outros	3.384.948	3.260.567	3,81
Rural	1.683.739	1.544.410	9,02
Poder Público	451.683	441.322	2,35
Iluminação Pública	673.420	660.596	1,94
Serviço Público	612.103	596.686	2,58
Subtotal	21.332.502	23.041.750	(7,42)
Consumo Próprio	19.086	18.914	0,91
	21.351.588	23.060.664	(7,41)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	5.806.389	6.918.908	(16,08)
Total	27.157.977	29.979.572	(9,41)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 17,94% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 9,02% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2016, a receita foi de R\$836.580 comparada a R\$730.882 do mesmo período de 2015, aumento de 14,46%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede, no primeiro semestre de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 7,80% no volume de energia transportada.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$663.555 no primeiro semestre de 2016, em comparação a uma constituição de R\$762.497 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em Leilão e repasses de valores recebidos através da Conta de Bandeiras Tarifárias.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Indenização de Transmissão

No primeiro semestre de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$592.469, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$51.672 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$1.712.090 no mesmo período de 2015, uma redução de 96,98% decorrente, principalmente, da redução de 87,51% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no mercado atacadista (R\$48,53/MWh em 2016 e R\$388,48/MWh em 2015) e da redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Redução da receita com ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, sendo de R\$5.325 no primeiro semestre de 2016, em comparação a R\$193.673 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$697.492 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$850.720 no mesmo período de 2015, uma redução de 18,01%, decorrente basicamente da diminuição de 33,88% no volume de gás vendido (505.094m³ no primeiro semestre de 2016 comparados a 763.944m³ no primeiro semestre de 2015), sendo compensado parcialmente pelos reajustes nas tarifas.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$583.733 no primeiro semestre de 2016 comparadas a R\$499.663 no mesmo período de 2015, apresentando aumento de 16,83%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 4,54% nos períodos comparados (R\$854.621 no primeiro semestre de 2016, em comparação a R\$817.511 no mesmo período de 2015).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$5.424.064 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$5.144.222 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 5,44%.

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$8.298.565 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$8.689.642 no mesmo período de 2015, uma redução de 4,50%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$3.956.110 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$4.733.681 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 16,43%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 41,87% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.212.275 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$2.085.475 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- redução de 21,22% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$607.291 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$770.844 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no primeiro semestre de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;

- redução de 37,76% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$290.924 no primeiro semestre de 2016 e R\$467.403 no mesmo período de 2015).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$525.912 no primeiro semestre de 2016, comparados a R\$492.643 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 6,75%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$733.612 no primeiro trimestre de 2016, comparadas a R\$273.005 no mesmo período de 2015, um aumento de 168,72%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Constituição de provisão nas opções de investimento da Parati e SAAG, no montante de R\$460.363 em 2016 na comparação com a provisão total de R\$160.433 em 2015. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 13 (Opções de Venda);
- Crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$174.566 no primeiro semestre de 2016 em comparação a R\$58.077 no primeiro semestre de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pelo cenário econômico brasileiro;
- Aumento das provisões para contingências, destacando o crescimento das provisões regulatórias, que foram de R\$12.952 no primeiro semestre de 2016 em comparação a R\$2.843 no primeiro semestre de 2015, em função de auto de infração da Aneel, na esfera administrativa, relacionado à avaliação dos serviços de distribuição de energia. Mais informações na nota explicativa nº 21.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$843.215 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$669.147 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 26,01%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no primeiro semestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$63.885.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$6.200 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$145.216 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o resultado apurado.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$27 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$74.971 no mesmo período de 2015, redução de 99,96%. Este resultado é decorrente do desligamento da UTE Igarapé, a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Dessa forma, a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação da usina.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$583.733 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$499.663 do mesmo período de 2015, um aumento de 16,83%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No primeiro semestre de 2016 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$427.009 comparada a uma despesa de R\$523.922 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 18,50%. Esta variação decorre, basicamente, da redução da quantidade de gás comprado (503.495m³ no primeiro semestre de 2016 comparados a 758.347m³ no primeiro semestre de 2015).

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$734.530 envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No primeiro semestre de 2016 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$14.042 comparados a um ganho líquido de R\$95.810 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre principalmente do prejuízo de R\$183.238 verificado em 2016 na participação na Renova Energia em função, basicamente, de perda em investimento na Terraform e baixa parcial de opção de venda com a SunEdison, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no primeiro semestre de 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$629.912 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$718.704 no mesmo período de 2015. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 48,93% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$907.801 no primeiro trimestre de 2016 comparados a R\$609.549 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 6,72% no primeiro semestre de 2016, em comparação a 5,92% no primeiro semestre de 2015;
- aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$187.564 no primeiro semestre de 2016 comparados a R\$32.288 no primeiro semestre de 2015 em função do maior saldo líquido dos ativos em 2016.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No primeiro semestre de 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$89.366 em relação ao lucro de R\$296.697 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 30,12%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$838.535 em relação ao Resultado de R\$2.857.426, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,35%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado do Trimestre

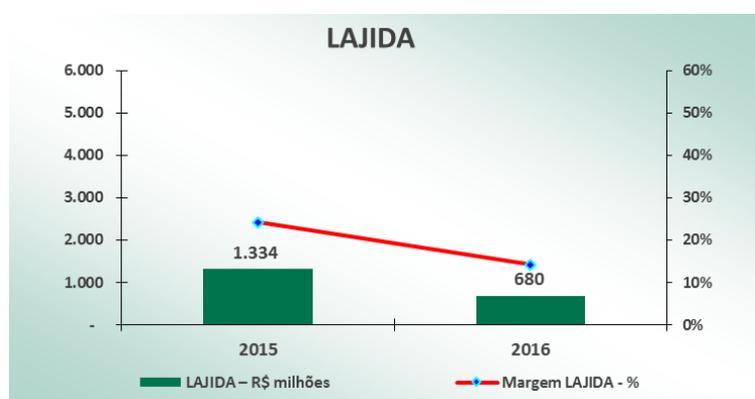
A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2016, um lucro líquido de R\$202.124 em comparação ao lucro líquido de R\$534.264 no mesmo período de 2015, representando

uma redução de 62,17%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 49,03% no segundo trimestre de 2016 na comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2016	Segundo Trim/2015	Var %
Resultado do Exercício	202.124	534.264	(62,17)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	62.833	264.840	(76,28)
+ Resultado Financeiro	215.508	353.701	(39,07)
+ Depreciação e Amortização	199.684	181.587	9,97
= LAJIDA	680.149	1.334.392	(49,03)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução de 49,03% no LAJIDA, no segundo trimestre de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015 decorre, principalmente, da redução da receita que foi de R\$4.757.626 no segundo trimestre de 2016 comparada a uma receita de R\$5.494.600 no mesmo período de 2015. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 41,13%, passando de 24,29% no segundo trimestre de 2015 para 14,30% no segundo trimestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.613.352 no segundo trimestre de 2016 em comparação a R\$5.818.505 no mesmo período de 2015, representando redução de 3,53%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$4.972.531 no segundo trimestre de 2016 comparada a R\$5.277.989 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 5,79%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- redução de 5,63% no volume de energia vendida aos consumidores finais;
- redução da receita de bandeiras tarifárias em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no segundo trimestre de 2016 e vermelha no segundo trimestre de 2015, o que implicou no maior recebimento de valores no ano anterior (R\$28.666 em 2016 e R\$387.280 em 2015, representando uma redução de 92,60%).

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2016, comparativamente às do mesmo período de 2015:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	Segundo Trim/2016	Segundo Trim/2015	Var %
Residencial	2.526.223	2.386.270	5,86
Industrial	4.671.891	5.771.862	(19,06)
Comércio, Serviços e Outros	1.697.134	1.563.963	8,51
Rural	959.912	749.687	28,04
Poder Público	236.278	223.734	5,61
Iluminação Pública	344.358	329.545	4,49
Serviço Público	319.218	280.302	13,88
Subtotal	10.755.014	11.305.363	(4,87)
Consumo Próprio	9.634	9.095	5,93
	10.764.648	11.314.458	(4,86)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.109.757	2.883.357	7,85
Total	13.874.405	14.197.815	(2,28)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 19,06% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No segundo trimestre de 2016, a receita foi de R\$427.495 comparada a R\$520.785 do mesmo período de 2015, redução de 17,91%.

No segundo semestre de 2015, a Aneel definiu as novas tarifas da CDE em cumprimento à decisão liminar do processo judicial que suspendeu parte do pagamento do encargo da CDE pelos membros da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Essa suspensão refletiu na redução da Receita de Uso da Rede da Companhia no segundo trimestre de 2016, em comparação ao segundo trimestre de 2015.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$531.351 no segundo trimestre de 2016, em comparação a uma constituição de R\$212.227 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia adquirida em Leilão em relação aos custos utilizados como base para as tarifas.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$49.042 no segundo trimestre de 2016 comparada a R\$701.158 no mesmo período de 2015, uma redução de 93,01% decorrente, principalmente, da redução de 82,52% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no mercado atacadista (R\$62,37/MWh em 2016 e R\$356,81/MWh em 2015) e da redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina.

Receita de Indenização de Transmissão

No segundo trimestre de 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$561.226, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$12.491 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, em 23 de fevereiro de 2015 no valor de R\$1.157.106, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Redução da receita com ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, sendo o montante de R\$3.479 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$102.120 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$318.841 no segundo trimestre de 2016 comparada a R\$425.217 no mesmo período de 2015, uma redução de 25,02%, decorrente basicamente da diminuição de gás vendido (216.135m³ no segundo trimestre de 2016 comparados a 380.536m³ no segundo trimestre de 2015).

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$348.712 no segundo trimestre de 2016 comparadas a R\$266.090 no mesmo período de 2015, apresentando aumento de 31,05%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram uma redução de 5,63% nos períodos comparados (R\$420.332 no segundo trimestre de 2016, em comparação a R\$445.427 no mesmo período de 2015).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.521.430 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$3.051.801 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 17,38%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e têm como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$465.804 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$858.556 no mesmo período de 2015.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Redução dos Encargos relativos às Bandeiras Tarifárias em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no segundo trimestre de 2016 e vermelha no segundo trimestre de 2015. Os Encargos do Consumidor referente a Bandeiras Tarifárias foram de R\$69.953 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$312.771 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 77,63%.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais não apresentaram variação expressiva nos trimestres comparados, sendo R\$4.349.130 no segundo trimestre de 2016 e R\$4.347.513 no mesmo período de 2015. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.024.749 no segundo trimestre de 2016 comparada a R\$2.312.277 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 12,43%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 42,84% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$553.236 no segundo trimestre semestre de 2016, comparados a R\$967.811 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- redução de 27,53% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$290.716 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$401.174 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no primeiro trimestre de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$267.206 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$251.254 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 6,35%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$481.842 no segundo trimestre de 2016, comparadas a R\$229.841 no mesmo período de 2015, um aumento de 109,64%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Constituição de provisão nas opções de investimento da Parati e SAAG, nos montantes de R\$355.053 e R\$16.520, respectivamente. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 13 (Opções de Venda);
- Crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$98.303 no segundo trimestre de 2016 em comparação a R\$30.973 no segundo trimestre de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pelo cenário econômico brasileiro;

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$429.808 no segundo trimestre de 2016 comparada a R\$332.709 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 29,18%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.
- reconhecimento, no segundo trimestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$63.885.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$6.200 no primeiro semestre de 2016 comparada a R\$64.243 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o resultado apurado.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$9 no segundo trimestre de 2016 comparados a uma recuperação de despesas de R\$2.547 no mesmo período de 2015. Este resultado é decorrente do desligamento da UTE Igarapé, a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS). Dessa forma, a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação da usina.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$348.712 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$266.090 do mesmo período de 2015, um aumento de 31,05%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No segundo trimestre de 2016 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$189.146 comparada a uma despesa de R\$261.914 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 27,78%. Esta variação decorre, basicamente, da redução da quantidade de gás comprado (215.901m³ no segundo trimestre de 2016 comparados a 377.681m³ no segundo trimestre de 2015).

Resultado de Equivalência Patrimonial

No segundo trimestre de 2016 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$71.969 comparados a um ganho líquido de R\$5.718 no mesmo período de 2015. Essa variação decorre principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia, Renova e Guanhães Energia cujo resultado de equivalência patrimonial, no segundo trimestre de 2015, foi prejuízo de R\$71.359, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$215.508 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$353.701 no mesmo período de 2015. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros em função do maior saldo dos ativos em 2016, sendo R\$167.832 no segundo trimestre de 2016 comparados a uma despesa de R\$8.198 no segundo trimestre de 2015;
- aumento da renda de aplicação financeira, que foi de R\$76.671 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$53.704 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do maior saldo de aplicações financeiras em 2016 e da variação do CDI no período (3,31% no segundo trimestre de 2016 e 2,98% no segundo trimestre de 2015);
- redução de 24,10% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$69.172 no segundo trimestre de 2016, comparados a R\$91.139 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (1,75% no segundo trimestre de 2016 em comparação a 2,26% no segundo trimestre de 2015).

- aumento de 51,19% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$479.323 no segundo trimestre de 2016 comparados a R\$317.036 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 3,31% no segundo trimestre de 2016, em comparação a 2,98% no segundo trimestre de 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No segundo trimestre de 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$62.833 em relação ao lucro de R\$264.957 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,71%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$264.840 em relação ao Resultado de R\$799.104, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 33,14%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor Vice-Presidente
(cumulativamente)

Adézio de Almeida Lima

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Distribuição e Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins

Diretor de Relações e Recursos Humanos

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES (Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2016 - REAPRESENTADO																	
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	ALIANÇA GERAÇÃO	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	16.783.964	16.857.209	16.578.724	1.993.083	319.448	167.101	148.058	2.619.591	(12.731.822)	42.735.356	4.594.169	4.733.445	2.519.607	1.188.680	5.332.898	(8.217.882)	52.886.273
Caixa e Equivalentes de Caixa	280.338	373.901	759.370	22.298	3.270	6.631	5.650	48.957	-	1.500.415	118.835	214.651	51.076	128.653	176.891	-	2.190.521
Contas a Receber	-	650.565	2.662.897	61.959	15.916	6.372	5.260	47.686	(16.715)	3.433.940	100.540	725.414	31.936	39.822	55.170	(15.838)	4.370.984
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	90.515	292.487	380.203	60.222	18.744	22.400	21.955	100.197	-	986.723	51.772	-	-	-	72.292	-	1.110.787
Tributos	1.105.860	214.181	1.268.164	53.991	17.596	153	460	2.560	-	2.662.965	270.336	434.080	62.284	5.804	21.268	-	3.456.737
Outros Ativos	986.950	889.125	1.697.188	475.799	5.776	4.947	1.649	34.087	(446.458)	3.649.063	40.791	520.798	141.159	131.133	455.158	(208.050)	4.730.052
Invest./Imob./Intang./Fin. de Concessão	14.320.301	14.436.950	9.810.902	1.318.814	258.146	126.598	113.084	2.386.104	(12.268.649)	30.502.250	4.011.895	2.838.502	2.233.152	883.268	4.552.119	(7.993.994)	37.027.192
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.783.964	16.857.209	16.578.724	1.993.083	319.448	167.101	148.058	2.619.591	(12.731.822)	42.735.356	4.594.169	4.733.445	2.519.607	1.188.680	5.332.898	(8.217.882)	52.886.273
Fornecedores e suprimentos	5.915	368.100	955.902	224.158	13.306	10.411	4.823	3.692	(20.558)	1.565.749	14.946	394.889	90.786	18.731	214.771	(73.645)	2.226.227
Empréstimo, Financ. e Debêntures	-	8.057.399	7.051.893	301.144	37.323	-	-	4	-	15.447.763	1.800.032	2.207.018	1.489.342	119.633	1.543.081	-	22.606.869
Juros sobre capital próprio e Dividendos	572.641	350.000	-	45.667	-	-	-	25.467	(420.903)	572.872	1	15.098	-	-	21.156	(36.255)	572.872
Obrigações Pós-Emprego	317.823	744.913	2.296.540	-	-	-	-	-	-	3.359.276	-	15.109	-	-	-	-	3.374.385
Tributos	26.242	891.860	1.731.090	296.684	10.282	40.670	2.840	15.711	-	3.015.379	816.209	414.885	41.611	28.561	103.427	-	4.420.072
Outros Passivos	2.067.319	1.249.105	1.417.553	164.490	87.399	856	739	10.417	(21.729)	4.976.150	101.219	513.888	143.000	139.040	69.592	(55.208)	5.887.681
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.794.024	5.195.832	3.125.746	960.940	171.138	115.164	139.656	2.564.300	(12.268.633)	13.798.167	1.861.762	1.172.558	754.868	882.715	3.380.871	(8.052.774)	13.798.167
Atribuído a Part. de acionistas controladores	13.794.024	5.195.832	3.125.746	956.797	171.138	115.164	139.656	2.564.300	(12.268.633)	13.794.024	1.861.762	1.172.558	754.868	882.715	3.380.871	(8.052.774)	13.794.024
Participação de acionista não controlador	-	-	-	4.143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.143
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	453	3.298.971	5.189.580	569.887	48.950	32.514	29.922	131.298	(90.443)	9.211.132	414.008	1.543.937	128.648	184.801	203.150	(185.510)	11.500.166
Custos e Despesas Operacionais	(491.029)	(2.135.844)	(5.155.823)	(505.481)	(47.831)	(15.235)	(11.550)	(17.952)	82.180	(8.298.565)	(54.407)	(1.461.036)	(69.754)	(77.741)	(311.627)	121.608	(10.151.522)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.468.153)	(2.495.624)	-	-	(4.033)	(1.122)	(1.405)	14.227	(3.956.110)	-	(992.973)	(8.075)	(12.718)	(48.848)	130.810	(4.887.914)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(147.875)	(436.904)	-	-	-	(1.641)	(107)	60.615	(525.912)	-	-	(31.068)	(8.726)	(6.602)	34.989	(537.319)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(427.009)	-	-	-	-	-	(427.009)	-	-	-	-	-	-	(427.009)
Custo de construção	-	(31.634)	(533.039)	(19.060)	-	-	-	-	-	(583.733)	(4.347)	(168.923)	-	-	(2.281)	-	(759.284)
Pessoal	(17.157)	(197.865)	(587.896)	(20.271)	(13.122)	(706)	(702)	(5.496)	-	(843.215)	(26.701)	(61.823)	(3.761)	(6.660)	(32.262)	-	(974.422)
Participação dos Empregados no Resultado	4.234	(626)	(9.511)	-	-	(72)	(130)	(95)	-	(6.200)	(3.129)	-	-	(1.566)	(67)	-	(10.962)
Obrigações Pós-Emprego	(17.808)	(35.575)	(105.894)	-	-	-	-	-	-	(159.277)	-	-	-	-	-	-	(159.277)
Materiais	(45)	(7.034)	(17.437)	(812)	(47)	(186)	(105)	(168)	1.929	(23.905)	(4.191)	(9.916)	(733)	(390)	(1.666)	11	(40.790)
Serviços de Terceiros	(3.829)	(69.246)	(312.807)	(6.543)	(10.900)	(1.937)	(2.583)	(5.091)	12.153	(400.783)	(11.246)	(81.619)	(5.042)	(15.688)	(25.406)	9.718	(530.066)
Depreciação e Amortização	(260)	(94.083)	(243.855)	(26.536)	(16.338)	(2.823)	(2.184)	(5.010)	(7.628)	(398.717)	(886)	(79.502)	(32.349)	(30.907)	(166.340)	(60.193)	(768.894)
Provisões Operacionais	(446.201)	(51.640)	(236.124)	-	354	-	(1)	-	-	(733.612)	62	(63.313)	11.866	642	1.760	-	(782.595)
Outras Despesas Líquidas	(9.963)	(32.113)	(176.731)	(5.250)	(7.778)	(5.478)	(3.082)	(580)	883	(240.092)	(3.969)	(2.967)	(592)	(1.728)	(29.915)	6.273	(272.990)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	(490.576)	1.163.127	33.757	64.406	1.119	17.279	18.372	113.346	(8.263)	912.567	359.601	82.901	58.894	107.600	(108.477)	(63.902)	1.348.644
Resultado de Equivalência Patrimonial	502.706	(86.061)	-	-	(15.506)	-	-	-	(387.097)	14.042	514	(31.716)	-	(671)	(11.878)	(16.850)	(46.559)
Resultado com Reorganização Societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	71.455	82.785	428.796	7.824	2.195	1.304	1.032	8.544	-	603.935	106.777	(14.245)	11.161	8.815	62.564	-	779.007
Despesa Financeira	(3.204)	(651.896)	(555.716)	(19.462)	(3.419)	(69)	(13)	(68)	-	(1.233.847)	(223.759)	(50.073)	(75.629)	(11.923)	(93.894)	-	(1.689.125)
Resultado antes do IR e CSLL	80.381	507.955	(93.163)	52.768	(15.611)	18.514	19.391	121.822	(395.360)	296.697	243.133	(13.133)	(5.574)	103.281	(151.685)	(80.752)	391.967
Imposto de Renda e Contribuição Social	126.785	(197.312)	15.258	(14.379)	66	(6.275)	(1.555)	(11.954)	-	(89.366)	(43.291)	(6.245)	(3.667)	(26.293)	(15.774)	-	(184.636)
Resultado do Período	207.166	310.643	(77.905)	38.389	(15.545)	12.239	17.836	109.868	(395.360)	207.331	199.842	(19.378)	(9.241)	76.988	(167.459)	(80.752)	207.331
Participação dos acionistas controladores	207.166	310.643	(77.905)	38.224	(15.545)	12.239	17.836	109.868	(395.360)	207.166	199.842	(19.378)	(9.241)	76.988	(167.459)	(80.752)	207.166
Participação de acionista não controlador	-	-	-	165	-	-	-	-	-	165	-	-	-	-	-	-	165
	207.166	310.643	(77.905)	38.389	(15.545)	12.239	17.836	109.868	(395.360)	207.331	199.842	(19.378)	(9.241)	76.988	(167.459)	(80.752)	207.331

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2015 (REAPRESENTADO)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	ALIANÇA GERAÇÃO	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	15.690.951	13.152.248	15.327.246	1.931.305	331.997	165.123	167.115	274.113	(9.926.802)	37.113.296	4.837.354	4.678.634	2.362.924	1.030.047	4.602.428	(7.711.989)	46.912.694
Caixa e Equivalentes de Caixa	95.861	116.502	436.042	27.697	10.784	6.745	10.309	53.075	-	757.015	301.243	150.664	32.653	44.905	152.573	-	1.439.053
Contas a Receber	-	989.290	2.587.476	119.835	-	5.771	7.085	777	(35.809)	3.674.425	111.882	628.513	29.835	40.630	55.865	(16.103)	4.525.047
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	108.860	183.672	84.174	53.984	175	11.646	28.239	55.787	-	526.537	8.957	-	-	-	48.403	-	583.897
Tributos	607.467	201.952	1.514.957	78.261	26.580	610	510	857	-	2.431.194	300.981	357.254	7.578	1.680	16.022	-	3.114.709
Outros Ativos	662.749	448.572	1.759.119	321.782	27.240	3.930	536	32.937	(175.214)	3.081.651	98.042	877.559	129.794	10.131	483.930	(157.649)	4.523.458
Invest./Imob./Intang./Fin. de Concessão	14.216.014	11.212.260	8.945.478	1.329.746	267.218	136.421	120.436	130.680	(9.715.779)	26.642.474	4.016.249	2.664.644	2.163.064	932.701	3.845.635	(7.538.237)	32.726.530
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.690.951	13.152.248	15.327.246	1.931.305	331.997	165.123	167.115	274.113	(9.926.802)	37.113.296	4.837.354	4.678.634	2.362.924	1.030.047	4.602.428	(7.711.989)	46.912.694
Fornecedores e suprimentos	4.729	324.945	1.068.205	81.455	11.176	7.082	4.419	3.987	(41.935)	1.464.063	17.827	374.051	103.384	11.932	101.416	(18.824)	2.053.849
Empréstimo, Financ. e Debêntures	-	5.727.163	6.877.599	390.562	41.649	-	-	1	-	13.036.974	2.031.472	2.386.551	1.398.183	-	1.489.172	-	20.342.352
Juros sobre capital próprio e Dividendos	717.725	-	111.869	-	-	17.233	18.794	13.641	(161.537)	717.725	1	51.143	-	-	39.707	(90.851)	717.725
Obrigações Pós-Emprego	147.725	600.603	1.971.412	-	-	-	-	-	-	2.719.740	-	10.439	-	-	-	-	2.730.179
Tributos	20.404	731.641	1.645.226	346.447	9.678	37.622	3.007	8.544	-	2.802.569	751.202	380.435	43.293	11.397	28.207	-	4.017.103
Outros Passivos	691.935	358.388	962.436	189.294	54.373	812	720	9.402	(7.551)	2.259.809	123.672	274.006	133.646	127.291	15.567	5.079	2.939.070
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.108.433	5.409.508	2.690.499	923.547	215.121	102.374	140.175	238.538	(9.715.779)	14.112.416	1.913.180	1.202.009	684.418	879.427	2.928.359	(7.607.393)	14.112.416
Atribuído a Part. dos acionistas controladores	14.108.433	5.409.508	2.690.499	919.564	215.121	102.374	140.175	238.538	(9.715.779)	14.108.433	1.913.180	1.202.009	684.418	879.427	2.928.359	(7.607.393)	14.108.433
Participação de acionista não controlador	-	-	-	3.983	-	-	-	-	-	3.983	-	-	-	-	-	-	3.983
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	161	4.421.368	6.298.333	681.325	61.202	28.993	34.292	91.121	(181.363)	11.435.432	408.617	1.820.224	130.481	135.819	179.493	(118.342)	13.991.724
Custos e Despesas Operacionais	(183.330)	(2.020.695)	(5.963.045)	(578.694)	(49.939)	(20.871)	(11.103)	(30.803)	168.838	(8.689.642)	(52.445)	(1.674.055)	(115.061)	(83.893)	(135.858)	37.620	(10.713.334)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.232.789)	(3.578.613)	-	-	(16.051)	(4.644)	(14.386)	112.802	(4.733.681)	-	(1.293.465)	(49.223)	(54.430)	(22.003)	78.437	(6.074.365)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(143.560)	(399.779)	-	-	-	(1.511)	(638)	52.845	(492.643)	-	(24.987)	(5.755)	(7.080)	29.970	(500.495)	
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(523.922)	-	-	-	-	-	(523.922)	-	-	-	-	-	-	(523.922)
Custo de construção	-	(56.258)	(443.405)	-	-	-	-	-	-	(499.663)	(4.732)	(129.124)	-	-	(2.070)	-	(635.589)
Pessoal	(21.402)	(161.118)	(462.450)	(11.977)	(7.094)	(668)	(630)	(3.808)	-	(669.147)	(21.641)	(58.498)	(3.469)	(4.144)	(28.684)	-	(785.583)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.388)	(37.817)	(101.732)	-	(946)	(199)	(133)	(1)	-	(145.216)	(2.759)	-	-	(794)	(159)	-	(148.928)
Obrigações Pós-Emprego	(6.393)	(25.277)	(83.548)	-	-	-	-	-	-	(115.218)	-	-	-	-	-	-	(115.218)
Material	(145)	(82.576)	(22.310)	(739)	(38)	(169)	(133)	(188)	-	(106.298)	(8.326)	(1.622)	(800)	(298)	(1.302)	-	(118.646)
Serviços de Terceiros	(4.196)	(64.282)	(333.383)	(2.664)	(13.356)	(959)	(1.733)	(6.109)	13.729	(412.953)	(10.149)	(73.893)	(4.560)	(7.137)	(27.956)	615	(536.033)
Depreciação e Amortização	(241)	(144.086)	(224.462)	(26.003)	(18.088)	(2.750)	(2.196)	(5.249)	(5.633)	(428.708)	(928)	(73.318)	(22.967)	(12.492)	(37.431)	(39.100)	(614.944)
Provisões Operacionais	(137.025)	(41.873)	(93.465)	-	(641)	-	(1)	-	-	(273.005)	-	(24.664)	-	(427)	(899)	-	(298.995)
Outras Despesas Líquidas	(9.540)	(31.059)	(219.898)	(13.389)	(9.776)	(75)	(122)	(424)	(4.905)	(289.188)	(3.910)	(19.471)	(9.055)	1.584	(8.274)	(32.302)	(360.616)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	(183.169)	2.400.673	335.288	102.631	11.263	8.122	23.189	60.318	(12.525)	2.745.790	356.172	146.169	15.420	51.926	43.635	(80.722)	3.278.390
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.130.839	(103.273)	-	-	(14.565)	-	-	1.344	(1.918.535)	95.810	425	(15.968)	-	-	11.891	(141.909)	(49.751)
Resultado com Reorganização Societária	-	734.530	-	-	-	-	-	-	-	734.530	-	-	-	-	-	-	734.530
Receita Financeira	13.422	62.902	228.101	13.756	1.794	1.444	1.679	8.084	-	331.182	162.215	165.268	6.550	735	15.018	-	680.968
Despesa Financeira	(3.698)	(479.987)	(538.236)	(24.482)	(2.880)	(92)	(53)	(458)	-	(1.049.886)	(288.437)	(251.267)	(56.715)	(4.198)	(62.961)	-	(1.713.464)
Resultado antes do IR e CSL	1.957.394	2.614.845	25.153	91.905	(4.388)	9.474	24.815	69.288	(1.931.060)	2.857.426	230.375	44.202	(34.745)	48.463	7.583	(222.631)	2.930.673
Imposto de Renda e Contribuição Social	61.220	(829.657)	(19.967)	(27.524)	(3.349)	(3.203)	(1.753)	(14.302)	-	(838.535)	(38.527)	(21.057)	(322)	(4.795)	(8.546)	-	(911.782)
Resultado do Período	2.018.614	1.785.188	5.186	64.381	(7.737)	6.271	23.062	54.986	(1.931.060)	2.018.891	191.848	23.145	(35.067)	43.668	(963)	(222.631)	2.018.891
Participação dos acionistas controladores	2.018.614	1.785.188	5.186	64.104	(7.737)	6.271	23.062	54.986	(1.931.060)	2.018.614	191.848	23.145	(35.067)	43.668	(963)	(222.631)	2.018.614
Participação de acionista não controlador	-	-	-	277	-	-	-	-	-	277	-	-	-	-	-	-	277
	2.018.614	1.785.188	5.186	64.381	(7.737)	6.271	23.062	54.986	(1.931.060)	2.018.891	191.848	23.145	(35.067)	43.668	(963)	(222.631)	2.018.891

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30/06/2016, reuniu-se 17 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2016, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2018.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
 1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
 2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
 3. Comitê de Recursos Humanos;
 4. Comitê de Estratégia;
 5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
 6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30/06/2016 foram realizadas 28 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2016, até o mês de junho, foram realizadas 6 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco otimizam os investimentos no controle da atividade, reduzem os custos, melhoram a performance e consequentemente favorecem o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Além disso, entre os requisitos avaliados para a permanência da Companhia na composição de índices como o Dow Jones de Sustentabilidade e o de Sustentabilidade Empresarial – ISE destaca-se a necessidade de implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos.

O processo de gestão de riscos na Cemig foi iniciado em 2003 e vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se a criação, em 2012, do Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC responsável pelo monitoramento do processo tendo ainda como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa. O CMRC se reúne bimestralmente.

Em 2013, foi implantada uma nova plataforma tecnológica, exclusiva para gerenciamento de riscos, módulo SAP RM (Risk Management) que viabilizou, entre outros, que o processo de mapeamento de riscos seja feito continuamente à medida que a atualização das informações, verificações e avaliações dos controles e planos de ação se tornem tarefas agendadas a serem executadas pelos responsáveis dentro do próprio sistema, fazendo com que todos os agentes envolvidos na gestão de riscos tenham papéis e responsabilidades determinadas e acompanhadas, com minimização de custos e de recursos humanos para a sua realização e controle. Além disso, existe um fluxo realizado por uma área independente para avaliação periódica dos controles no intuito de auditar a efetividade do processo.

Em 2015, ocorreu a efetivação plena da plataforma, gerando relatórios confiáveis e obtendo percepções de relações entre os riscos mapeados.

Em 2015, novas iniciativas foram implementadas. Destaque para:

- Ajustes na metodologia-padrão de gerenciamento de riscos (novo modelo de segmentação dos riscos, forma de quantificação dos impactos e abordagem no levantamento das informações incorporando também a visão “Top Down”);
- Revisão/atualização da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Mapeamento dos principais riscos corporativos (“Top Risks”) e alguns relacionados ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig;
- Aprovação da matriz de riscos corporativos e das premissas de apetite a riscos pelo Conselho de Administração.

No processo de levantamento dos “Top Risks” foi feita uma pesquisa com os Superintendentes da Companhia com o propósito de levantar os principais temas corporativos a serem monitorados, tais como: perda de concessão, grau de endividamento, liquidez, indicadores de disponibilidade e confiabilidade e glosa. O produto deste trabalho gerou uma matriz que expressa a avaliação conjunta do impacto e probabilidade de ocorrência do risco.

Especialmente quanto ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig foram identificados os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, mortalidade de peixes, acidentes ambientais com óleo/logística de material, cumprimento de condicionantes ambientais, entre outros. A Cemig adota medidas de mitigação e gerenciamento de exposição alinhadas com as premissas de apetite a risco.

Em 2016 foi criada a Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos (GC), subordinada à Presidência, permitindo assim maior independência nos trabalhos.

Além disso, a Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interação, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação.

A atualização do documento ocorreu em 2016.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av. Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/06/2016

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	8.593.159	1,03	8.649.862	0,69
Total Controlador	214.471.442	50,97	8.593.159	1,03	223.064.601	17,72
AGC Energia S/A (1)	84.357.856	20,05	-	-	84.357.856	6,70
FIA Dinâmica Energia S/A	40.741.854	9,68	50.438.690	6,02	91.180.544	7,24
BNDESPAR	54.342.992	12,92	26.220.938	3,13	80.563.930	6,40

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2016

	30/06/2016	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	8.593.159
Conselho de Administração	100.001	147.355
Diretoria Executiva	1.412	517
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.191.784	828.775.266
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2015, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2016, pelo 21º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4 e 32 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 11 de novembro de 2016, emitimos relatório de revisão sem ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir (1) (i) alteração da política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios, resultando em reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, referente ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e (ii) alteração da apresentação do fluxo de caixa para adequada apresentação do caixa pago na aquisição da Bonificação pela Outorga na atividade operacional no fluxo de caixa, conforme previsto no IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e (2) eventos subsequentes ocorridos entre a data base dessas informações contábeis intermediárias e a data de aprovação para reapresentação dessas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 32 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu.